

CONSULTA



RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

ATENDIMENTO PESSOAL:

Casa de Justiça e Cidadania, localizada na Av. Almirante Barroso, nº 2.380, Marco, Belém/PA, CEP 66093-034, no horário de 8h às 14h.
FONES: (91) 3276-4976 / 3276-6604 / 3276-6211.

INTERNET:

Para registrar sua consulta, reclamação, denúncia, crítica ou sugestão sobre ação ou omissão dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, favor baixar o Formulário para Manifestação, preencher e enviar pelo e-mail da Ouvidoria Judiciária.

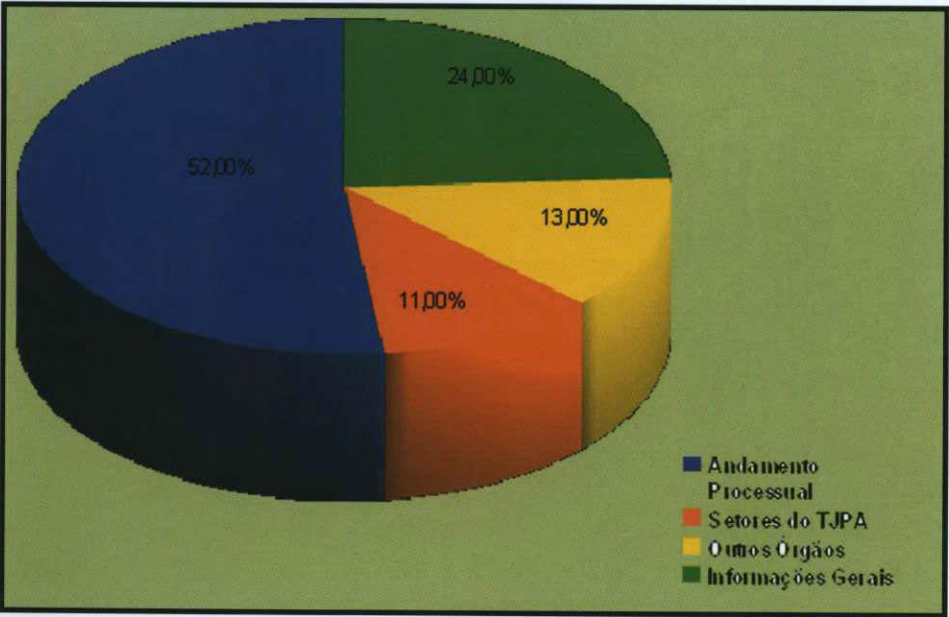
- Documento: Formulário para Manifestação
- Email: ouvidoria.judiciaria@tjpa.jus.br

JUDICIÁRIO NA COMUNIDADE:

Palestras e debates sobre temas diversos de interesse da comunidade.

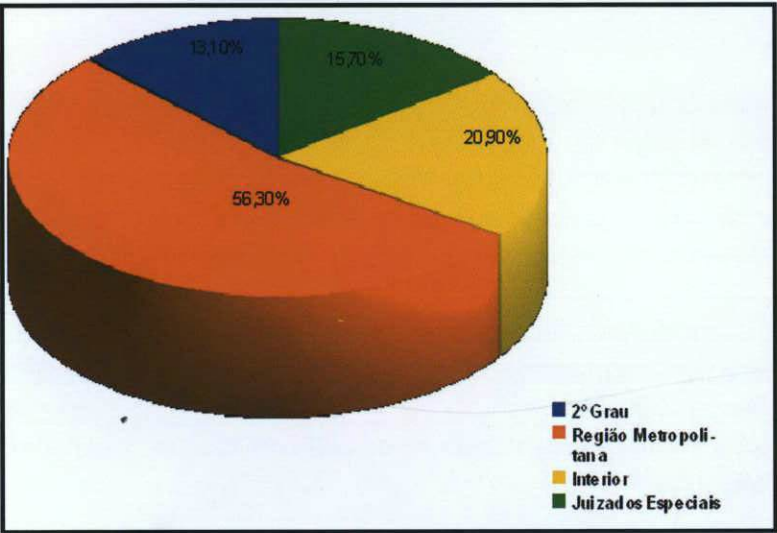
ATENDIMENTOS EFETUADOS

	Andamento Processual	Encam. p/ Setores TJ	Encam. p/ outros Órgãos	Outras informações	TOTAL
PESSOAL	33	7	66	15	121
ON-LINE	273	58	11	127	469
TOTAL	306	65	77	142	590



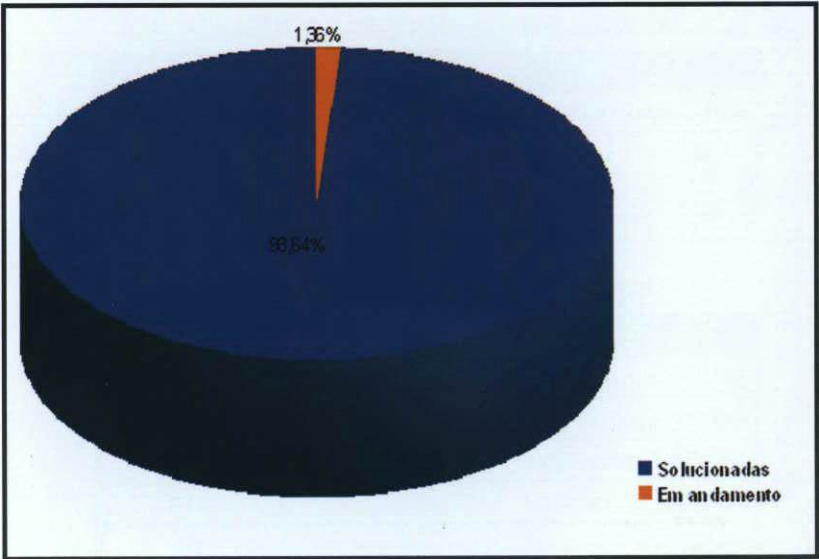
ANDAMENTO PROCESSUAL

2º Grau	Região Metropolitana	Interior	Juizados Especiais	TOTAL
40	154	64	48	306



DEMANDAS ATIVAS E ARQUIVADAS

Atendidas	Solucionadas	Em andamento	
		Corregedoria	Ouvidoria Judiciária
590	582	1	7



CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

APRESENTAÇÃO

As atividades realizadas pela Corregedoria da Região Metropolitana e pela Seção de Registro das Atividades Judiciais (SRAJ) são apresentadas conjuntamente neste Relatório. A opção por um relatório conjunto é motivada pela forma como o Regimento Interno da CRMB dispõe acerca dessas duas unidades de competência, eis que muito embora haja relação de subordinação, as atribuições conferidas a cada uma delas encontram-se estreitamente relacionadas, tendo-se mostrado eficaz uma execução de forma conjunta no que tange às principais vertentes de trabalho:

- (I) Acompanhamento da produtividade dos magistrados de 1º Grau;
- (II) Manutenção de acervo de informações relativas à justiça de 1º Grau que subsidiem a atuação da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém;
- (III) Gerenciamento local dos sistemas informatizados do CNJ, com base na qualidade de órgão estadual de fiscalização conferida à CJRMB.

CHEFIA DE GABINETE

Tipo de Documento	Quantidade
Ofícios Expedidos	1210
Notas Informativas	01
Avisos	41
Comunicados	00

MATERIAIS REMETIDOS PARA PUBLICAÇÃO

Tipo de Documento	Quantidade
Notas Informativas	01
Avisos	41
Comunicados	00

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CJRMB

Tipo de Documento	Quantidade
Memorandos	176
Ofícios Circulares	141
Ofícios Expedidos	742
Portarias Expedidas	113
Requisição de Material de Expediente	61

MATERIAIS REMETIDOS PARA PUBLICAÇÃO

Tipo de Documento	Quantidade
Editais	005
Instrução da CJRMB	04
Instrução Conjunta	01
Portarias	113
Provimentos da CJRMB	06
Provimentos Conjuntos	05
Resenha	00

COMISSÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Tipo de Documento	Quantidade
Adoções (Número de Crianças)	02
Adoções em andamento (Número de Crianças)	02
Ofícios Circulares	03
Ofícios Expedidos	23
Ofícios Recebidos	55
Número de Casais Habilitados/2011	05
Número de Casais em Habilitação	02
Número de Sessões	06
Número Total de Crianças a serem indicadas aos pretendentes	07
Número Total de Pretendentes no Cadastro	14
Visitas em Abrigo	10

SECRETARIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Tipo de Documento	Quantidade
Decisões proferidas pela Desembargadora Corregedora. (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática)	649
Procedimentos remetidos com conclusão aos Juízes Corregedores. (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa)	78
Distribuídos à Assessoria Jurídica (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática)	279
Remetidos à Divisão Judiciária. (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa).	00
Remetidos à Presidência do TJE/PA. (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa).	05
Remetidos a Destinos Diversos (Aos Diretores dos Fóruns da RMB). (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa)	01
Ofícios Expedidos	1730
Procedimentos autuados. (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática).	400
Aguardando informações com Ofícios expedidos em 2011.	31
Aguardando devolução de ofícios em poder de Oficial de Justiça	31
Aguardando Trânsito em Julgado	41
Consulta	16
Correições Extraordinárias	00
Correições Ordinárias	02

DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Em harmonia com o Regimento Interno da Corregedoria da Região da Metropolitana de Belém, e atendendo as requisições do Conselho Nacional de Justiça, a Divisão Judiciária exerceu as seguintes competências durante o ano de 2011:

- Fornecimento de informações baseadas no registro da vida funcional dos Juízes de Direito;
- Manutenção de registros relativos a leis, datas e demais circunstâncias sobre a criação, elevação e instalação de comarcas e varas;
- Análise comparativa e publicação dos relatórios mensais e do relatório anual das produtividades jurisdicionais dos Magistrados de primeiro grau atuantes na RMB;
- Atualização de endereços e telefones dos Juízes de Direito da Justiça de Primeiro Grau, por meio do acesso ao Sistema SRH e ao Sistema Mala Direta do TJE;
- Atualização do cadastro de lotação de Varas e Comarcas da RMB, com seus respectivos Juízes Titulares e Substitutos, por meio de informações extraídas do Diário de Justiça Eletrônico e consulta à pasta compartilhada pela Presidência;
- Registro e atualização das informações referentes a férias e licenças dos Juízes de Direito;
- Manutenção do registro das substituições dos Juízes de Direito;
- Manutenção de registro dos Atos Judiciais de Promoção/Remoção dos Magistrados da RMB;
- Fornecimento das planilhas de produtividade e das pastas funcionais aos Assessores da Corregedoria para fins de instrução dos processos de remoção e promoção dos magistrados de primeiro grau;

• Gerenciamento dos sistemas informatizados do CNJ, com base na qualidade de órgão estadual de fiscalização conferida à CJRMB, para efeitos de habilitação de magistrados/servidores designados e de controle da alimentação dos sistemas;

• Cooperação com os demais setores do Tribunal, na consecução da Meta de nº. 02 (Julgamento dos processos distribuídos até dezembro de 2005) das "Metas Nacionais de Nivelamento" do CNJ e Meta Prioritária nº. 03 (Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela de estoque, com acompanhamento mensal);

• Cooperação com a Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal na consecução da auditoria sobre os bens doados pelo Conselho Nacional de Justiça;

• Elaboração de Circulares e documentos oficiais de apresentação das Resoluções do CNJ, dos Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça e demais atos normativos provenientes desses órgãos superiores, a fim de orientar sua aplicação na RMB;

• Elaboração de manifestações acerca das matérias que compõem a sua competência.

DA SEÇÃO DE REGISTRO DAS ATIVIDADES JUDICIAIS:

Prevista no Art. 26 do Regimento Interno, é a unidade que diretamente auxilia a Divisão Judiciária na realização de suas atividades autônomas, tendo exercido as seguintes competências no ano de 2011:

• Cadastramento e conceder acesso (nome de usuário e senha) aos magistrados e servidores designados da Justiça de Primeiro Grau da RMB nos sistemas informatizados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo a competência material de cada Vara;

• Contato telefônico e via e-mail com Magistrados da RMB, em prol da assiduidade na prestação dos relatórios de produtividade e na alimentação dos Sistemas do CNJ;

• Cooperação com os demais setores do Tribunal, na consecução da Meta de nº. 02 (Julgamento dos processos distribuídos até dezembro de 2005) das "Metas Nacionais de Nivelamento" do CNJ e Meta Prioritária nº. 03 (Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela de estoque, com acompanhamento mensal);

• Acompanhamento e análise comparativa das informações prestadas no âmbito dos sistemas informatizados do CNJ: Sistema de Informações da Corregedoria Nacional (Produtividade da Serventia e Produtividade do Magistrado); Sistema de Informações Cartorárias (Produtividade dos Cartórios Extrajudiciais); Sistema Nacional de Controle de Interceptações; Sistema Nacional de Bens Apreendidos; Cadastro Nacional de Adoção; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa; Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

EQUIPE DE TRABALHO

Para concretizar estes objetivos foi constituída uma equipe de trabalho com os seguintes servidores:

- Magna Glória Garcia Campos – Analista Judiciário – Chefe da Divisão Judiciária;
- Judith Pereira Gomes Vieira – Analista Judiciário;
- Amélia Paiva Rodrigues Alves – Auxiliar Judiciário – Chefe da Seção de Registro das Atividades Judiciais.
- Ana Cristina Labad Pamplona – Estagiária.

DA PRODUTIVIDADE JURISDICIONAL

A Resolução nº.012/2011 – GP estabelece critérios para a valoração objetiva do desempenho, produtividade e presteza do magistrado no exercício da jurisdição de 1º grau, servindo especialmente à aferição do merecimento de magistrados para a promoção de entrada e acesso ao Tribunal de 2º Grau.

PLANILHA DE PRODUTIVIDADE

Os dados referentes à produtividade pessoal dos magistrados da Região Metropolitana de Belém são lançados em planilha do Excel nos seguintes moldes (foi selecionado um magistrado):

CRIMINAL - 9ª Vara Penal do Juízo Singular															
ANO: 2011	1º SEMESTRE	MAGISTRADO(A): MARCUS ALAN DE MELO GOMES													
Informação Complementar:		Removido por Antiquidade da Juizaria Especial de Marquês para a 9ª Vara Penal do Juízo Singular (P1112/DJ4461 de 19/11/09) - Assunto: 9º VPJS em 20/11/2009.													
Período	Órgão Julgador	TIPO A		TIPO B		TIPO C		COM HÉRITO	SEM HÉRITO	Remoção/Alta	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa
Janeiro	3º VPJS	5	0	5	0	0	0	10	0	0	101	54	24		
	3º VPJS	0	0	0	1	0	0	0	1	0	21	22	2		1.678
	TOTAL	5	0	5	1	0	0	10	1	0	122	76	26	0	
	Prot: 2011.6.005682-2 de 08.07.11 - 3ª Vara Penal														
Fevereiro	3º VPJS	RESPONDER: 3º VPJS, sem prejuízo, a partir de 07/01/11, até retorno do(a) titular - data provável 06/02/11 (P3036-DJ4711 de 17/12/10); RESPONDER: 5º VPJS, sem prejuízo, a partir de 07/01/11, até retorno do(a) titular - data provável 06/02/11 (P3037-DJ4711 de 17/12/10); RESPONDER: CIAA, sem prejuízo, e 2ª Vara da Infância, ao													
	3º VPJS	Observação:													
	3º VPJS	Observação:													
	TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prot: 2011.6.0008906 - 21/01/11 - Comunica Férias de 30 dias a partir de 01/02/11		Observação:													
Março	9º VPJS	15	0	4	3	20	0	39	3		171	70	25		
	9º VPJS	Observação:													
	9º VPJS	Observação:													
	TOTAL	15	0	4	3	20	0	39	3	0	171	70	25	0	
Prot: 2011.6.003106-4 de 11.04.11 - e-mail pessoal da magistrada - 9ª Vara Penal - período de 14 a 21.03.11		Observação:													
Prot: 2011.6.0032308-7 de 15/03/2011 - comunica que retornava no dia 14/03/2011 das férias;		Observação:													
Período	Órgão Julgador	TIPO B		TIPO C		COM HÉRITO	SEM HÉRITO	Remoção/Alta	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa	Prerogativa
Abril	9º VPJS	14	0	3	4	12	1	29	5		173	37	25		
	9º VPJS	Observação:													
	9º VPJS	Observação:													
	TOTAL	14	0	3	4	12	1	29	5	0	173	37	25	0	
Prot: 2011.6.003279-7 de 11.05.11 - e-mail da magistrada		Observação:													
Maio	9º VPJS	18	0	21	2	0	1	39	3		143	61	38		
	9º VPJS	Observação:													
	9º VPJS	Observação:													
	TOTAL	18	0	21	2	0	1	39	3	0	143	61	38	0	
Prot: 2011.6.004925-9 de 9.06.11 - e-mail da magistrada		Observação:													
Junho	9º VPJS	13	0	4	2	0	0	17	2	0	78	30	17		
	7º VPJS	8	0	1	0	0	0	9	0	0	64	26	3		
	9º VPJS	Observação:													
	TOTAL	21	0	5	2	0	0	26	2	0	142	56	26	0	
Prot: 2011.6.005493-0 de 08.07.11 - 9º VPJS e 7º VPJS		Observação:													
afastamento na período de 09 a 17 de junho.; AFASTAMENTO solicitado pela expediente 2011001028134 na período de 09 a 17/06 (P1499-DJ4816 de 09/06/2011); DESIGNADO para responder, sem prejuízo da sua jurisdição, pela 7ª Var Criminal de 16 a 30/06 (P1622-DJ4823 de 17/06/2011)		Observação:													

SISTEMAS DO CNJ

No decorrer do ano de 2011, a Divisão realizou o acompanhamento das informações prestadas no âmbito dos sistemas informatizados do CNJ, além da fiscalização conferida à CJRMB, para efeitos de habilitação de magistrados/servidores designados e de controle da alimentação dos sistemas (Sistema de Informações da Corregedoria Nacional: Produtividade da Serventia e Produtividade do Magistrado; Sistema de Informações Cartorárias (Produtividade dos Cartórios Extrajudiciais); Sistema Nacional de Controle de Interceptações; Sistema Nacional de Bens Apreendidos; Cadastro Nacional de Adoção; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa; Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

OFÍCIOS INDIVIDUAIS, OFÍCIOS CIRCULARES E OFÍCIOS CONJUNTOS

Durante o exercício de 2011, a Divisão Judiciária editou 12 (doze) Ofícios Circulares (já contabilizados pela Divisão Administrativa da Corregedoria), que se mostraram valiosos instrumentos para divulgação de orientações do CNJ e desta Corregedoria e para a requisição da correspondente tomada de providências por parte dos magistrados e serventuários da Justiça de 1º Grau:

- Ofício Circular nº 021/2011 - DJ/CJRMB – Publicação do Relatório do Biênio 2009/2010;
- Ofício Circular nº 027/2011 - DJ/CJRMB – Atualização imediata de dados nos Cadastros CNA, CNACL e CNCA;
- Ofício Circular nº 038/2011 - DJ/CJRMB – Informação Mensal à Corregedoria da Capital e Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, da rotina mensal de alimentação dos Cadastros CNA, CNACL e CNCA;
- Ofício Circular nº 060/2011 - DJ/CJRMB – Relatórios de produtividade do CNJ - pendentes;
- Ofício Circular nº 073/2011 - DJ/CJRMB – Relatórios de produtividade do CNJ - pendentes;
- Ofício Circular nº 074/2011 - DJ/CJRMB - Alimentação do Sistema Nacional de Controle de Interceptações;
- Ofício Circular nº 088/2011 - DJ/CJRMB - Relatórios de Produtividade do CNJ – Cartórios Extrajudiciais;
- Ofício Circular nº 089/2011 - DJ/CJRMB – Cumprimento das Metas Prioritárias do CNJ: Meta de nº. 02 (Julgamento dos processos distribuídos até dezembro de 2005) das “Metas Nacionais de Nivelamento” do CNJ e Meta Prioritária nº. 03 (Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela de estoque, com acompanhamento mensal);
- Ofício Circular nº 109/2011 - DJ/CJRMB – Novo formato de alimentação das sentenças dos magistrados de 1º Grau, não havendo mais necessidade de classificação das sentenças tipo A, B e C;
- Ofício Circular nº 122/2011 - DJ/CJRMB – Auditoria sobre bens doados pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Ofício Circular nº 131/2011 - DJ/CJRMB – Informações sobre o cumprimento das Metas 3 e 4 do Grupo de Persecução Criminal;
- Ofício Circular nº 145/2011 - DJ/CJRMB – Relatórios de Produtividade do CNJ - Pendências;
- Ofício Conjunto nº 467/2011 – CJRMB/CJCI – Ofício para o Presidente da Comissão de Informática do Tribunal de Justiça solicitando a alteração dos Sistemas de Gestão de Processos – SAPXXI e SIJE.
- Ofício Conjunto nº 468/2011 – CJRMB/CJCI – Ofício para a Coordenadora do Grupo de Gestão de Processos - Libra solicitando a alteração do Sistema de Gestão de Processos – Libra.
- Ofício nº 011/2011 – DJ/CJRMB – Ofício para o Presidente da COREG – AMB – Colégio Registral da Área Metropolitana de Belém solicitando permissão para acesso ao Serviço de Consulta e Emissão de Certidão Digital – Sistema IRIB/ARISP – “Ofício Eletrônico”, mediante fornecimento de login e senha.

TABELA DE PRODUÇÃO DO MUTIRÃO

VARA	PERÍODO	DESPACHOS	SENTENÇAS	TOTAL
1ª Vara de Fazenda	01/02 a 30/09	67	195	262
2ª Vara de Fazenda	01/02 a 30/09	25	38	63
3ª Vara de Fazenda	01/02 a 30/09	59	87	146
5ª Vara de Fazenda	01/02 a 30/09	425	79	504
1ª Vara Cível	01/02 a 30/09	08	202	210
2ª Vara Cível	01/02 a 30/09	230	63	293
4ª Vara Cível	01/02 a 30/09	15	45	60
5ª Vara Cível	01/02 a 30/09	00	00	00
7ª Vara Cível	01/02 a 30/09	143	29	172
9ª Vara Cível	01/02 a 30/09	22	29	51
6ª Vara Família	01/02 a 30/09	00	25	25
7ª Vara Família	01/02 a 30/09	36	98	134
7ª Vara Penal	01/02 a 30/09	02	63	65
9ª Vara Penal	01/02 a 30/09	01	18	19
12ª Vara Penal	01/02 a 30/09	00	27	27
2ª Vara Cível de Ananindeua	01/02 a 30/09	148	34	182
4ª Vara Cível de Ananindeua	01/02 a 30/09	07	09	16
9ª Vara Penal de Ananindeua	01/02 a 30/09	03	19	22
2ª Vara Cível Icoaraci	01/02 a 30/09	20	49	69
2ª Vara Penal de Icoaraci	01/02 a 30/09	117	16	133
Total Geral		1328	1125	2453

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Diante do clamor social por uma Justiça séria e célere, a Corregedoria de Justiça configura ferramenta necessária e propícia para a transparência e efetividade na prestação dos serviços jurisdicionais.

A Corregedoria de Justiça deve ser incansável no cumprimento da sua missão, diligente no alcance da visão que almeja da sociedade, serena quanto aos desvios aos mandamentos éticos da magistratura e implacável no combate à corrupção.

MISSÃO – Orientar e coordenar a atividade judiciária no âmbito da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior — voltada à realização da justiça buscando a excelência na prestação jurisdicional com o efetivo fortalecimento do Estado Democrático de Direito — e monitorar e corrigir a atuação desta atividade.

VISÃO – Ser reconhecida pela sociedade como órgão atuante na orientação e coordenação da atividade judiciária, principalmente pela eficiência no monitoramento rigoroso dessa atuação e pela intolerância com a corrupção.

PLANO DE TRABALHO

PARTE I – Novos Projetos

1. Contribuir para a implementação do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução 027/2009, bem como, com o plano do biênio 2011/2012.
2. Reorganizar a ESTRUTURA da Corregedoria de Justiça estabelecida no Regimento Interno, em cumprimento ao disposto no seu artigo 41, com a finalidade de complementar a organização mínima para a execução dos trabalhos correicionais.
3. Intensificar a parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça nas atividades voltadas para o cumprimento das METAS relacionadas pelo CNJ - tanto as anteriores, quanto as que forem estabelecidas para o biênio 2011/2012.
4. Criação de um NÚCLEO interno voltado para acompanhar permanentemente a execução das providências determinadas após a realização das Correições Gerais Ordinárias.
5. Dispensar atenção redobrada ao problema que assola o SISTEMA PENITENCIÁRIO do Estado do Pará, estabelecendo efetivo controle da população carcerária através de instrumentos modernos — especificamente o sistema SISPE — e fiscalização das visitas e inspeções carcerárias a cargo dos juízes, assim como promover diligências junto aos órgãos competentes nos âmbitos estadual e federal (Governo do Estado: Secretaria de Segurança Pública, Superintendência do Sistema Penitenciário, Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública etc.; Governo Federal: Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, etc.; e Conselho Nacional de Justiça).
6. Rever a questão das transferências de presos provisórios, sob o crivo da Corregedoria de Justiça, caso haja comprovada eficácia do sistema SISPE;
7. Criação de um NÚCLEO interno para acompanhamento dos processos criminais com réus presos, inclusive, as execuções penais.
8. Diminuição do número de relatórios a serem enviados por Magistrados restringindo-se aos extremamente necessários.

PARTE II – Continuidade dos Projetos em andamento

1. Manter a Comissão permanente criada para a elaboração da CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS das Corregedorias de Justiça, com a readequação e atualização de normas eventualmente ultrapassadas ou em desuso.
2. MUTIRÕES coordenados pela Corregedoria de Justiça para auxiliar os juízes no cumprimento da META Nº 2 - CNJ, 2009 e 2010, estabelecendo, contudo, novo formato às atividades.
3. CORREIÇÕES Gerais Ordinárias em quantidade superior ao mínimo estabelecido no Regimento Interno, iniciando os trabalhos com audiências públicas presididas pessoalmente, com o objetivo de coleta de reclamações e elogios para o serviço forense.
4. Colaborar com o cumprimento da Meta 5, com a continuação do projeto “GESTÃO DE PROCESSOS - GERENCIAMENTO DE ROTINAS”, cujo produto é a construção participativa de fluxograma de procedimentos e manuais.
5. Investir na realização de eventos e atividades voltadas à motivação dos servidores e magistrados.
6. Buscar o estabelecimento de uma COMUNICAÇÃO EFICIENTE entre os juízes, servidores e a Corregedoria de Justiça, através da utilização de comunicação instantânea através da rede mundial de computadores, em perfeita harmonia com a política de segurança da informação do TJ/PA (Exemplo: Skype ou outro similar).
Fomentar o uso desse meio de comunicação, aumentando o número de magistrados conectados on line, considerando, inclusive, a inexistência de custo.
Estender esse tipo de comunicação em relação aos diretores de secretaria de cada Unidade Judiciária.
7. Otimizar a análise da produtividade dos magistrados com adoção de parâmetros mais eficientes. Evolução qualitativa no formato da avaliação, com utilização de regras da estatística, ou seja, aproximando-se mais da Resolução nº 106 do CNJ.

ATUAÇÃO

TOTAL DE COMARCAS DO INTERIOR: 103
TOTAL DE TERMOS JUDICIÁRIOS: 06
TOTAL DE VARAS AGRÁRIAS: 05
TOTAL DE COMARCAS DE 1ª ENTRÂNCIA: 64
TOTAL DE VARAS DE 1ª ENTRÂNCIA: 64
TOTAL DE COMARCAS DE 2ª ENTRÂNCIA: 39
TOTAL DE VARAS DE 2ª ENTRÂNCIA: 111
TOTAL DE JUIZADOS ESPECIAIS: 26
TOTAL DE JUÍZES DE 1ª ENTRÂNCIA: 40
TOTAL DE JUÍZES DE 2ª ENTRÂNCIA: 94
TOTAL DE JUÍZES REGIONAIS: 53

ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR
(DADOS ATÉ 15/12/11)

DECISÕES DA DESEMBARGADORA CORREGEDORA/ ANO DE 2011	TOTAL
AVERBAÇÃO, CONTAGEM E RECONTAGEM DETEMPO DE SERVIÇO	2
BLOQUEIO E DESBLOQUEIO DE MATRÍCULA	5
COMUNICAÇÃO	0
CONSULTA	24
DECISÕES SOBRE PRESOS	12
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	1
EXPEDIENTES DIVERSOS	61
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	170
PROCESSO ADMINISTRATIVO	20
PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO PRELIMINAR	7
PROMOÇÃO	34
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE PAD	4
PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA	10
RECURSO ADMINISTRATIVO	6
REMOÇÃO	8
RECLAMAÇÃO	4
REPRESENTAÇÃO	9
SINDICÂNCIA	29
TOTAL GERAL	406

ATOS	TOTAL
Ofícios Expedidos pelo Gabinete	4386
Ofícios Expedidos pela Secretaria	079
Ofícios Circulares	093
Comunicados	031
Portarias	099
Provimentos	005
Provimentos Conjuntos	007
Instruções	003
Instruções Conjuntas	001
Editais de Correição	024
Ordem de Serviço	001
Resenhas	068

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO:	TOTAL
Encaminhados pelo Protocolo à Secretaria da CJCI	5676
Encaminhados pela Secretaria aos Juizes Corregedores	1655
Encaminhados pelo Protocolo à Divisão Judiciária	257
Encaminhados pela Secretaria à Chefia de Gabinete	4965
Encaminhados pela Secretaria à Assessoria Jurídica da CJCI	775
Encaminhados à Presidência	066
Encaminhados à Secretaria Judiciária	040
Encaminhados à CJRMB	087
Encaminhados a Outros	104

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

CORREIÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2011

COMARCA	PERÍODO
01. ABAETETUBA	17 a 21/10/2011
02. ALENQUER	22 a 25/11/2011
03. ALMEIRIM	21 a 25/11/2011
04. AURORA DO PARÁ	28/11/11 a 02/12/2011
05. BAIÃO	04 a 08/04/2011
06. BARCARENA	Inspeção (04 a 07/05) Correição (03 a 07/10)
07. BRAGANÇA	17 a 21/10/2011
08. BRASIL NOVO	Inspeção (16 a 20/05/11)
09. CANÃA DOS CARAJÁS	27/06 a 01/07/11
10. CAPANEMA	26 a 29/07/11
11. CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	22 a 26/08/11
12. CURIONÓPOLIS	27/06 a 01/07
13. DOM ELISEU	21 a 25/03/11
14. IGARAPÉ-MIRI	17 a 20/01/2011
15. JACUNDÁ	29/08 a 02/09/11
16. MÃE DO RIO	28/11/11 a 02/12/2011
17. MARABÁ	Inspeção 2ª e 4ª V (17 a 21/05/11)
18. MEDICILÂNDIA	Inspeção (16 a 20/05/11)
19. MOCAJUBA	04 a 08/04
20. MONTE ALEGRE	Inspeção e PAP (10 a 13/05/11)
21. ÓBIDOS	07 a 11/11/2011

22. PARAGOMINAS	07 a 11/11/2011
23. PARAUAPEBAS	Inspeção (27/06)
24. PEIXE-BOI	13 a 14/10
25. REDENÇÃO	13 a 17/06/11
26. RIO MARIA	29 a 30/09/11
27. RONDON DO PARÁ	18 a 20/04/11
28. SALINÓPOLIS	10 e 11/06/11
29. SALVATERRA	Inspeção (25 a 27/04/11)
30. SANTARÉM	12 a 23/09/11
31. SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	05,06 e 08/09/11
32. TAILÂNDIA	29/08 a 02/09/11
33. ULIANÓPOLIS	21 a 25/03/11
34. XINGUARA	Inspeção / Correção Extraordinária / PAP (14 a 21/03) Correção (26 a 28/09)

MUTIRÕES REALIZADOS NO ANO DE 2011

VARA COMARCA	PERÍODO	JUÍZES	RESULTADOS				
			Despachos	Decisões	Sentenças sem Mérito	Sentenças com mérito	Total de Processos Impulsionados 4.092
1ª VARA CAPANEMA	3 a 5/8	Marinez Catarina Arraes	144	5	25	76	250
MEDICILÂN- DIA	8 a 12/08	Antônio Francisco Gil, Marinez, Ana Patrícia Fernandes					607
2ª VARA ALTAMIRA	29/8 a 2/9	Cornélio Holanda, Jonas da Conceição Silva, Ana Patrícia	389	60	357	117	923
1ª VARA CAPANEMA	8 e 9/9	Marinez Catarina Arraes	27	5	67	99	
1ª VARA REDENÇÃO	12 a 16/6	Antonio Gil, Jonas Concei- ção, Ana Patrícia	453	94	124	77	748
1ª VARA ABAETETUBA	7 a 11/11	Antônio Gil, Marinez	190	31	106		
1ª E 2ª VARAS XINGUARA	21 25/11	Jonas Concei- ção, Marinez, Ana Patrícia	325	101	146	363	935
ALMEIRIM	21 25/11	Cornélio Holanda, Rômulo Brito	386	297	107	89	879

CURSO DE CAPACITAÇÃO EM ROTINA JUDICIÁRIA REALIZADO NO ANO DE 2011

MUNICÍPIO		PERÍODO	MÓDULO	CH	PROFESSOR	QUANT DE ALUNOS
1	Abaetetuba	3/7/OUT	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Prof. Fabiano de Cristo	31
		24/28/OUT e 7/9/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Caio Berar- do	
		21/25 e 28/30/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Carlos Már- cio Queiroz	
2	Altamira	22/26/AGO	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Prof. Carlos Henrique	65
		19,20,21,25,2 6/10	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dra. Cristina Collyer Damá- sio	
		7 a 11/11	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dra. Giselle Camarço Leite	
3	Breves	17/21/OUT*	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Profa. Flora Navarro	13
		12/16/SET	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Luiz A. Menna Barre- to	
		19/23 e 26/28/SET	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Antônio Koury	
4	Cametá	19/23/SET	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Prof. Roberto Damasceno	22
		17/27/OUT	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. José Ma- tias Santana Dias	
		21,22,23,24,29 e 30/11/11	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. José Ma- tias Santana Dias	
5	Capanema	29/31/AGO e 1/2 /SET	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Prof. Fabiano de Cristo	17
		19/23 e 26/28/SET	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Caio Berar- do	
		3/7 e 10/11/ OUT	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Carlos Már- cio Queiroz	
6	Castanhal	5/9/DEZ.	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Profa. Flora Navarro	10
		21/25 e 28/30/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Caio Berar- do	
		24/28/OUT e 7/9/NOV/	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dra. Heloisa Gato	
7	Itaituba	28/30/NOV e 1/2/DEZ.	Rotinas Básicas Administrativas e Rela- ções Interpessoais	20	Prof. Fabiano de Cristo	22
		29.11 a 03.12.2011	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Antonio José	
		3/7 e 10/11/ OUT	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Antonio José	

8	Marabá	24/28/OUT	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Prof. Roberto Damasceno	26
		31/10 a 04/nov e 7/9/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Alexandre Arakaki	
		17 a 19/11 e 24 a 26/11	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Alexandre Arakaki	
9	Paragominas	19/23/SET	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Profa. Flora Navarro	40
		3/7 e 10/11/OUT	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Drs. Andréa Bispo e Luiz Otávio Moreira	
		21, 22, 24, 25, 28 e 29/11/2011	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dra. Shérica Teixeira	
10	Redenção	17/21/OUT	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Prof. Carlos Henrique	23
		15/19 e 22/24/AGO	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Fábio Póvoa	
		25/26 e 29/31/AGO e 1 e 2/SET	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dra. Leonila de Melo	
11	Santarém	19/23/SET	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Prof. Carlos Henrique	83
		21/25/11	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Valtencir Gonçalves	
		5 a 9/12	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Charles Menezes	
12	Soure	26 a 28/01/2011	Rotinas Judiciárias	20	Prof. Jomar Santos	6
		15/19 e 22/24/AGO	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Gabriel Velloso	
		25/26 e 29/31/AGO e 1 e 2/SET	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Gabriel Velloso	
13	Tucuruí	24/28/OUT	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Prof. Fabiano de Cristo	43
		21/25/11 e 5 a 7/12	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dras. Rosa Fonseca e Edna Moura Palha	
		7 a 11/11.	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Cláudio Hernandes	
14	Xinguara	22/26/AGO	Rotinas Básicas Administrativas e Relações Interpessoais	20	Prof. Roberto Damasceno	18
		24/28/OUT e 7/9/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Cível	30	Dr. Fábio Póvoa	
		21/25 e 28/30/NOV	Manual de Rotinas Judiciárias Criminal	30	Dr. Fábio Póvoa	
TOTAL DE ALUNOS PARTICIPANTES PRESENCIALMENTE						419

PROGRAMA JUSTIÇA PLENA

Em 17 de fevereiro de 2011, a Corregedoria Nacional de Justiça lançou no Pará o Programa Justiça Plena, o qual foi assinado pelas Desembargadoras Corregedoras das comarcas do Interior e da Região Metropolitana, Dras. Maria de Nazaré Gouveia dos Santos e Dahil Paraense de Souza. E tem entre os objetivos, o acompanhamento do andamento das ações penais decorrentes de conflito fundiário para eliminar os entraves que impedem o andamento destes processos garantindo a efetiva prestação jurisdicional ao cidadão.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MODERNIZAÇÃO DOS REGISTROS DE IMÓVEIS DA AMAZÔNIA LEGAL

Em 14/06/2011, foi constituído o Grupo das 9 Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados da Amazônia Legal (GC9), através do Acordo de Cooperação Técnica nº 43/20111, coordenado pelas Desembargadoras Corregedoras, Dras. Maria de Nazaré Gouveia dos Santos e Dahil Paraense de Souza, e sob supervisão da Corregedoria Nacional de Justiça, com o objetivo de auxiliar o CNJ no desenvolvimento e acompanhar a implantação do Plano de Modernização dos cartórios de Registro de Imóveis da Amazônia Legal. O Grupo de Trabalho das 9 Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados da Amazônia Legal realizaram, nos dias 04 a 05/08, em Belém, a primeira reunião de trabalho.

SEMINÁRIO DE DIREITO NOTARIAL EM SANTARÉM – SETEMBRO/2011

O Tribunal de Justiça é signatário do Termo de Cooperação Técnica nº 9/2010 assinado, também, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Advocacia Geral da União, pelo Instituto de Terras do Pará e pelo Estado do Pará, o qual tem como objetivo de adoção de ações conjuntas relacionadas ao processo de regularização fundiária e à modernização dos serviços extrajudiciais no Estado do Pará.

Assim, havendo a necessidade de discussão de temas e capacitação dos serviços extrajudiciais, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da Corregedoria de Justiça das comarcas do interior, competente para atuar na orientação destes, almeja contribuir para o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos e consequente melhoria dos referidos serviços, apresenta o Projeto do 1º Simpósio de Direito Notarial e Registral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O Simpósio realizado nos dias 15 a 16 de setembro na cidade de Santarém foi destinado ao aprofundamento da discussão de temas ligados aos serviços notariais e registrais e está inserido no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça no tema Acesso ao Sistema de Justiça: promover a efetividade na solução de conflitos fundiários urbanos e rurais.

A importância do Simpósio para tratar de temas do serviço notarial e registral é de suma importância no Estado do Pará, em razão dos históricos problemas no registro de imóveis rurais.

O Simpósio contou com a participação das Desembargadoras Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, Nazaré Saavedra Guimarães dos Juizes Auxiliares da Presidência do CNJ, Drs. Marcelo Martins Berthe e Antônio Carlos Alves Braga Júnior, do Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dr. José Antônio de Paula Santos, dos Juizes Auxiliares da Corregedoria de Justiça das comarcas do interior, Drs. Cristiano Arantes e Silva e Kátia Parente Sena, Prof. Dr. José Heder Benatti, do Registrador do 1º Ofício de Imóveis de São Paulo, Sr. Flauzilino Araújo dos

Santos, do Registrador do 1º Ofício de Imóveis de Belém, Sr. Cleomar Carneiro de Moura, dos notários e registradores, Srs. João Mendonça Alho, Pedro Evaldir Ferreira Vieira, do advogado Geraldo Sirotheau, do Chefe da Divisão de Fiscalização Extrajudicial do TJPA, Sr. Leonardo Soares de Abreu.



LANÇAMENTO DO PROJETO ESFORÇO CONCENTRADO NAS AÇÕES PENAIS DECORRENTES DE CONFLITO FUNDIÁRIO

Em 03/11/2011, foi lançado o Projeto Esforço Concentrado nas Ações Penais Decorrentes de Conflito Fundiário através do qual o Tribunal se compromete a priorizar as ações penais decorrentes de conflito no campo e reduzir o estoque de processos criminais relacionados a estas ações e que ainda estejam pendentes de solução. A implementação do projeto se dá com a observância das seguintes finalidades:

Relacionar as Ações Penais decorrentes de conflito no campo, de modo a atualizar o rol de procedimentos destacados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Atualizar a tramitação das Ações Penais destacadas como decorrentes de Conflito no Campo, adotar providências eficazes para o cumprimento das determinações judiciais lançadas nos respectivos procedimentos; e

Realizar audiências de instrução e julgamento das Ações Penais destacadas como decorrentes de Conflito no Campo, sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri dos referidos procedimentos; e prolação de sentenças.

PROGRAMAÇÃO DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Nas Comarcas vinculadas a Corregedoria de Justiça das comarcas do Interior, das audiências agendadas, foram realizadas aproximadamente 4.000 (quatro mil). Foram realizados, também, diversas atividades paralelas, com serviços de orientação e cidadania. A Corregedoria de Justiça do Interior participou da abertura oficial da programação, em três Pólos Judiciários. Em Santarém esteve presente a Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, Corregedora de Justiça; em Marabá, a juíza auxiliar Kátia Parente Sena. E em Tucuruí, o Juiz Auxiliar Cristiano Arantes e Silva. A programação transcorreu da seguinte forma:

- Comarca de Santarém:
 - Ação de cidadania em parceria com o Núcleo de Justiça do Governo do Estado para emissão de documentos (carteira de identidade, passes livres para idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais) e orientação gratuita com advogados voluntários - das 9h as 13h, no Fórum;
 - Mutirão de audiências concentradas no Abrigo Municipal para revisão da situação de crianças abrigadas – dias 29 e 20 de novembro;
 - Projeto Pai Presente, com audiências de reconhecimento voluntário de paternidade;
 - Mutirão de audiências e transação penal no Juizado Especial Criminal;
 - Casamento comunitário (20 casais) – no Fórum de Santarém com a parceria da Prefeitura Municipal, SEMTRAS e Núcleo de Justiça.
- Comarca de Abaetetuba: realização de palestras sobre cidadania.
- Comarca de Canaã dos Carajás: entrega de títulos eleitorais
- Comarca de Marabá:
 - Ação cidadã no dia 28/11, no bairro de São Felix, zona urbana de Marabá;
 - Serviços disponibilizados: processamento e julgamento de ações consensuais (Divórcio, Retificação de Registro Civil de Nascimento e Casamento, Oferta de Alimentos, Declaratória de Paternidade, dentre outros);
 - Atendimento médico;
 - Orientação jurídica;
 - Casamento comunitário (35 casais)
- Em Marabá, o Judiciário contou com a parceria do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Prefeitura Municipal, Fundação Zoobotânica de Marabá, Unimed-Sul do Pará, Exército, SEST/SENAT, Corpo de Bombeiros, SACI, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Cartório de Registros Públicos.
- Comarca de Parauapebas:
 - Ação cidadã “Conciliar é Legal – Judiciário de Parauapebas de Mãos Dadas com o Cidadão”, no Fórum da Comarca. A programação foi voltada para as demandas de conciliação das causas em trâmite ou a serem ingressadas na ocasião. Foram oferecidos serviços à população como palestras na área de Saúde, Educação Ambiental e esclarecimentos acerca dos direitos básicos do cidadão, como forma de demonstrar a aproximação do Poder Judiciário com seu objetivo maior: o atendimento de excelência da população.
- As atividades foram desenvolvidas em parceria do Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Municipal da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, Procuradoria Municipal de Parauapebas e Cartório de Registro Civil.
- Comarca de São Geraldo do Araguaia: Audiências de Registro Civil.
- Comarca São Sebastião da Boa Vista: Realizada reunião no dia 28/11 com representantes de instituições públicas com a finalidade de disseminar a cultura da conciliação.
- Comarca de Tucuruí:
 - Ação cidadã no Fórum da Comarca, com emissão de documentos (identificação civil, Carteira Profissional, Alistamento Militar, Título Eleitoral, emissão de certidões, entre outros).
 - Ciclo de Palestras no período de 28/11 a 02/12, das 14h as 17h, abordando temas como doação de sangue, prevenção da aids, primeiros socorros, abuso sexual, combate a drogas e outras substância tóxicas, alcoolismo, violência contra a mulher, vínculos familiares, família substituta, dentre outros. O Judiciário contou com a parceria de várias instituições.

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

A Coordenação Geral dos Juizados Especiais encontra-se instalada no 2º andar do Prédio Desembargador Paulo Frota, localizado na Av. Almirante Tamandaré, nº 873 Bairro da Cidade Velha, 1º andar – salas 203 e 204. Fisicamente, a Coordenação Geral é composta por três salas onde funcionam a Secretaria da Coordenação, a Assessoria Jurídica e o Gabinete do Desembargador Coordenador.

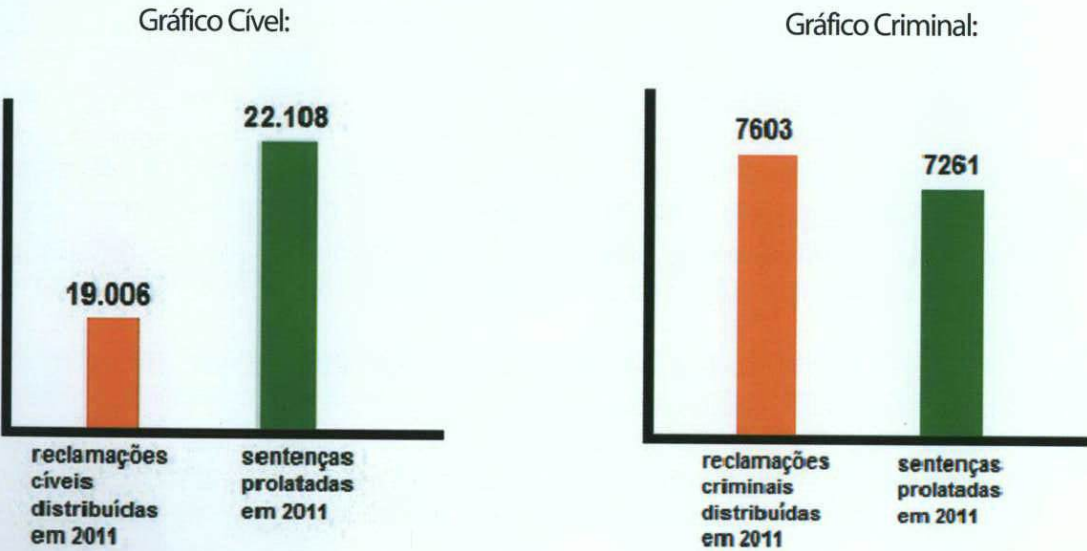
As Turmas Recursais realizam sessão no auditório do 2º andar do Prédio Desembargador Paulo Frota, localizada na Av. Almirante Tamandaré, nº 873 Bairro da Cidade Velha, encontrando-se instalada a Secretaria das Turmas Recursais em uma sala ao lado do auditório.

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sistema criado pela Lei Federal nº 9.099/95, e implementado no Estado do Pará pela Lei Estadual nº 6.459/2022, são órgãos integrantes da justiça ordinária deste Tribunal, cujos processos, orientados pelos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscam, sempre que possível, a conciliação ou a transação para dirimir os conflitos nas causas de sua competência. Atualmente, é coordenado pelo Desembargador Constantino Augusto Guerreiro.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS UNIDADES AUTÔNOMAS E NAS UNIDADES ADJUNTAS

As informações que seguirão tiveram como fonte os boletins de produtividade enviados pelos Magistrados que atuaram nas unidades até o mês de dezembro de 2011.

Da análise dos boletins encaminhados pelas unidades autônomas da capital – composta pelas Varas de Juizados – foi apurado o total de 19.006 reclamações cíveis distribuídos/iniciadas em 2011, sendo prolatadas 22.108 sentenças; enquanto nas Varas Criminais foram distribuídos 7.603 procedimentos e proferidas 7.261 sentenças criminais.



O quadro anexo que corresponde a somatória dos dados informados mensalmente pelos Magistrados, melhor expõe a movimentação dos Juizes das Varas Cíveis e Criminais da Capital.

Em relação à movimentação e produtividade das Varas de Juizados Especiais de Marabá e Santarém é importante destacar que tais unidades, ainda que autônomas, não apresentam quadro mínimo de servidores, o que vem acarretando elevado índice de congestionamento e aumento de acervo processual. Abaixo, evidencia-se o número do acervo das respectivas unidades, com número de feitos distribuídos e a quantidade de sentenças proferidas.

	Acervo até dezembro de 2011	Total de Processos distribuídos/iniciados em 2011	Total de Processos sentenciados em 2011
Vara Cível de Marabá	2935	1676	765
Vara Santarém Fit	1658	847	738
Vara Santarém-Relação Consumo - UFOPA	916	950	909

Nas unidades de Juizados Especiais Adjuntos foram distribuídos 19.921 reclamações cíveis e procedimentos criminais, sendo proferidas 13.972 sentenças.



A falta de um quadro próprio de Magistrados e servidores é um dos motivos determinantes de redução de produtividade dessas unidades.

No quadro geral das unidades de Juizados adjuntos verificamos que o acervo processual de feitos totaliza 41.313 procedimentos criminais e cíveis.

PROJETO ITINERANTE

O Projeto Itinerante é uma ação que visa à imediata prestação jurisdicional de pedidos não contenciosos, acompanhados pela Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais, sendo os eventos realizados mediante parceria, com datas agendadas conforme disposição de servidores e Magistrados.

Durante o ano de 2011, o Tribunal de Justiça participou de 18 ações itinerantes, sendo objeto das ações matérias que envolviam liberação de alvará, divórcio consensual, oferecimento de alimentos, registro de nascimento e retificação de certidão de óbito, nascimento e casamento, entre outros.

DATA	PARCEIRO PROJETO	TOTAL DE AÇÕES
13/02/11	Projeto 20 anos do Programa Barra Pesada, realizado na Praça Batista Campos, organizado pela RBA.	48 ações
15 e 16/03/2011	MP Comunidade em Outeiro	
26/03/11	PROJETO "2ª MEGA AÇÃO", organizado pelo GGI-M, realizado na Praça Henrique Santiago – Bairro do Tapanã	26 ações
08/04/11	Programa "Balcão de Direitos", na Comarca de Castanhal, organizado pela Defensoria Pública	0
15 e 16/04/2011	PROJETO "Ilha de Caratateua", vivendo a cidadania nos seus 118 anos", organizado pelo Programa "O MP e a Comunidade"	17 ações
30/04/11	Projeto "PRÓ-PAZ CIDADANIA", organizado pelo Propaz Cidadão.	0
19/05/11	Ação de Cidadania, "Semana do Defensor", organizado pela Defensoria Pública.	65 ações
04/06/11	3ª Mega Ação do GGI-M, realizado na Ilha de Caratateua.	1 ação
11/06/11	"TRE encontra eleitor na praça", em comemoração aos 66 anos da Justiça Eleitoral do Estado do Pará, organizado pelo TRE.	5 ações
18/06/11	Projeto Antônio Cidadão, organizado pelo "MP e a Comunidade", realizado na Paróquia de Santo Antônio de Lisboa-Centrão	8 ações
18 e 19/06/2011	Inauguração do Pólo Propaz Integrado de Santarém, organizado pelo Grupo PROPAZ da Casa Civil, realizado em Santarém.	
27/08/11	Projeto Município Sustentável, organizado pela UNAMA, realizado em Benevides.	23 ações
20/09/11	MP Comunidade	
03/10/11	Ação de Cidadania, Esporte e Lazer, organizado pela Prefeitura de Belém	
19 e 26/10/2011, 17 e 30/11/2011	O Ministério Público e a Comunidade. Ofício nº 755/2011-MP/PGJ, oriundo do Procurador Geral de Justiça em exercício, do Estado do Pará	
22/10/11	Projeto Justiça Itinerante, organizado pela FAPAN, realizado na Igreja dos Capuchinhos.	0
19/11/11	PRO-PAZ organizado pelo Grupo gestor PRÓ-PRAZ da Casa Civil	0
21/11 a 10/12/11	Operação chance para Todos XXVI	
26/11/11	Ação de cidadania organizada pela SECON	5

PROJETO AUDIÊNCIA EM DIA

O Projeto Audiência em Dia foi realizado por iniciativa dos Juízes das 1ª (Dra. Luzia do Socorro Silva dos Santos), 2ª (Dra. Ana Lúcia Bentes Lynch), 3ª (Dra. Marisa Belini de Oliveira), 5ª (Dra. Tânia Batistello), 6ª (Dr. Vanderley de Oliveira Silva) e 9ª (Dra. Márcia Cristina Leão Murrieta) Varas do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital, bem como pela Juíza da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital. Ressalta-se que o Magistrado Dr. Max Ney do Rosário Cabral atuou no Projeto como Juiz auxiliar.

O objetivo do projeto visava antecipar a pauta de audiência referente a processos que haviam sido distribuídos a mais de 100 dias.

O Projeto foi desenvolvido pelos próprios Magistrados e servidores das respectivas Varas, com apoio da Coordenação dos Juizados.

A proposta do projeto Audiência em Dia teve como objeto a realização de audiências unas (conciliação/instrução), vitais para a celeridade do julgamento referente às reclamações e procedimentos anteriormente distribuídos.

Os eventos que ocorreram durante os meses de outubro, novembro e dezembro (somente as 1ª e 6ª Varas do Juizado Especial Cível no mês de dezembro), possibilitaram a realização de 2.280 audiências, sendo ouvidas 6.907 pessoas, oportunidade em que foram proferidas 923 sentenças.

Na avaliação do projeto feita conjuntamente com os Magistrados e a Coordenadoria dos Juizados Especiais, conceituou-se como "muito bom" o evento, tendo possibilitado a antecipação de audiências, por vezes correspondente a seis meses de pauta (6ª Vara do Juizado Especial Cível, Dr. Wanderley de Oliveira Silva).

PARTICIPAÇÃO DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS EM EVENTOS

A Coordenadoria dos Juizados Especiais participou, no mês de março de 2011, do Encontro de Magistrados dos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém, realizado no Auditório Agnano de Moura Monteiro Lopes, localizado no Fórum Cível.

O Coordenador Geral dos Juizados Especiais e a Juíza Auxiliar Dra. Sílvia Mara Bentes de Souza Costa também participaram do Fórum Nacional dos Juizados Especiais, realizado no período de 23 a 28 de maio de 2011 em Mato Grosso, e no Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE, realizado em São Paulo nos dias 16 a 19 de novembro de 2011.

EXPEDIENTES DA COORDENAÇÃO

As atividades da Coordenadoria dos Juizados Especiais assim ficaram resumidas:

- Expedição de 975 (novecentos e setenta e cinco) Ofícios pela CJE;
- Expedição de 217 (duzentos e dezessete) Ofícios pela Justiça Itinerante;
- Expedição de 61 (sessenta e um) Ofícios Circular;
- Recebidos 24 (vinte e quatro) processos para fins de redistribuição;
- Recebidos 24 (vinte e quatro) Pedidos de Providências, sendo: 20 (vinte) arquivados e 04 (quatro) encaminhados à Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém
- Expedição de 549 (quinhentas e quarenta e nove) Portarias;
- Recebidos 109 Ofícios da Presidência
- Recebidos 33 Ofícios das Corregedorias de Justiça
- Recebidos 78 Ofícios de outros órgãos;
- Recebidos 90 Ofícios de setores internos do TJPA;
- Recebidos 488 Ofícios das Varas de Juizado Especial / Juizados Especiais da RMB;
- Recebidos 376 Ofícios das Varas de Juizado Especial / Juizados Especiais do Interior.

Processo Seletivo 2011

Em 2011, a Coordenadoria dos Juizados Especiais realizou processo seletivo para Conciliador para os Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém e do Interior, ocasião em que foram selecionados candidatos para formação de 84 vagas e cadastro de reserva de Conciliadores destinados aos Juizados Especiais da Região Metropolitana de Belém e Interior, conforme Provimento nº 7/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Aos Conciliadores compete: agir com confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência, autonomia, respeitando a ordem pública e as leis vigentes; examinar as ações antes das sessões de conciliação e preparar relatório acerca da lide; abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob orientação do Juiz, promovendo o entendimento entre as partes; certificar os atos ocorridos na audiência de conciliação; lavrar os termos de conciliação, submetendo-os à homologação dos Juízes que atuam no Juizado; lavrar o termo de audiência, em não havendo acordo, encaminhando-o ao Juiz Presidente do Juizado, para fins de realização da audiência de instrução e julgamento.

RELATÓRIO DAS VISITAS REALIZADAS EM COMARCAS DO INTERIOR QUE NÃO POSSUEM JUIZADOS ESPECIAIS INSTALADOS

A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no exercício das atribuições conferidas pela Lei Estadual nº 6.459/2002, alterada pela Lei Estadual nº 6.869/2006, bem como nos termos da delegação dos poderes descritos na Portaria nº 753/2011, realizou visitas nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém e Interior onde não há unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais instalados. As visitas ocorreram no primeiro semestre de 2011, entre o dia 27 de abril a 29 de junho de 2011.

A equipe da Coordenação foi composta pelo Coordenador Geral dos Juizados Especiais, a Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e o Coordenador de Gabinete, os quais fizeram deslocamento terrestre, mediante prévia comunicação aos Juízes atuantes nas Comarcas de Capanema, Paragominas, Barcarena, Moju, Tucuruí, Tailândia, Tomé Açu, Vigia, Concórdia do Pará, Igarapé Miri, Mãe do Rio, Aurora do Pará, Augusto Corrêa, São Domingos do Capim, Capitão Poço, Irituia, Curuçá e Marapanim.

A justificativa das visitas foi pautada no número elevado de processos que essas comarcas apresentam, sendo do interesse da administração judiciária a busca de solução para tentar desobstruir as varas, sendo a principal proposta à instalação de unidade de Juizados Especiais nessas Comarcas.

Inicialmente, no dia 28 de abril de 2011, quando em deslocamento para a Comarca de Paragominas, a equipe foi informada, na barreira da Polícia Federal de Santa Maria do Pará, que a estrada encontrava-se rompida acima de São Miguel do Guamá, sem previsão de retorno durante a semana, e que as outras vias encontravam-se com quilômetros de congestionamento, com protestos de munícipes da Comarca de Irituia, pois o tráfego estava sendo deslocado por dentro da sede. Diante de tais informações, por questão de segurança optamos em retornar a Belém, ficando em aberto a visita para data posterior.

Nas demais Comarcas visitadas foram coletados os seguintes itens: acervo processual; rito sumaríssimo; comunicação via internet; estrutura física e recursos humanos. Para melhor compreensão dos dados coletados, os quais servirão de base para o desenvolvimento das atividades da Coordenadoria com relação aos Juizados Especiais do interior, foi confeccionado o seguinte quadro, com descrição das orientações proferidas:

COMARCA	FEITOS EM TRAMITAÇÃO	COMUNICAÇÃO VIA INTERNET	FEITOS RITO SUMARÍSSIMO
CAPANEMA	7398	Bom	210 CÍVEIS E 740 TCO'S
BARCARENA	5778	Bom	138 CÍVEIS E 30 TCO'S
MOJU	2852	Bom	35 CÍVEIS E 60 CRIMINAIS
TUCURUÍ	6668	Muito bom	98 CÍVEIS
TAILÂNDIA	5143	Bom	106 cíveis e 1001 TCO's
TOMÉ AÇU	1833	Bom	27 cíveis e 207 TCO's
VIGIA	1783	Bom	132 cíveis e 156 TCO's
CONCÓRDIA DO PARÁ	2158	Muito bom	29 cíveis e 27 TCO's
IGARAPÉ MIRI	1693	Péssimo	590 cíveis
MÃE DO RIO	6735	Regular	SEM DADOS
AURORA DO PARÁ	1895	Regular	69 TCO'S
AUGUSTO CORRÊA	1313	Regular	105 TCO'S
SÃO DOMINGOS CAPIM	781	Bom	SEM DADOS
CAPITÃO POÇO	2.471	Excelente	06 cíveis e 125 TCO'S
IRITUIA	* 1.202	Bom	03 cíveis e 29 TCO'S
CURUÇÁ	1.748	Bom	09 cíveis e 136 TCO'S
MARAPANIM	1.544	Bom	162 TCO'S

Da análise do quadro acima, diante da instalação do processo eletrônico nos Juizados Especiais do Estado, relevante observar que apenas 8 (oito) comarcas da 17 acima nominadas possuem sinal bom e muito bom de comunicação via internet.

Em referidas comarcas existe o sistema de acompanhamento processual – SAP XXI/Libra que em razão das dificuldades de manuseio não apresentam com segurança e correção número exatos de processos físicos em tramitação, ademais não há separação nas serventias dos processos em que tenha sido adotado o rito sumaríssimo da lei 9.099/95.

A pedido da Coordenação, houve uma contagem física de procedimentos em tramite com adoção do rito sumaríssimo, porém dos dados coletados apenas as comarcas Capanema, Tailândia e Igarapé-Miri apresentaram números expressivos.

Sobre esses dados, fazendo comparação com o número de processos em tramitação na Comarca, temos uma situação que sugere haver elevada demanda reprimida na Comarca de Capanema, posto que de um total de 7.398 seja irrisório o número de feitos em que se aplica o procedimento da Lei 9.099/95, concluindo-se estar-se diante de negativa de acesso judiciário.

Sobre o cumprimento das Metas fixadas pelo CNJ, causou preocupação o número elevado de feitos na Comarca de Tailândia, que adotam o procedimento sumaríssimo, que estão identificados com a etiqueta de meta 2, a título de exemplificação anotamos os seguintes feitos: 074.2002.1.000031-7, data da distribuição 20/02/2002; 074.2002.1.000389-0, data da distribuição 02/12/2002; 074.1999.2.000068-6 (tipo penal art. 307 e 309 do CTB), data da distribuição 30/06/1999.

Também em Tailândia, visualmente existe grande volume de processos que adotam o rito sumaríssimo que estão com os prazos há muito superados, inclusive paralisados há mais de 8 (oito) anos.

Na Comarca de Vigia o acervo processual encontra-se empilhado por diversas salas, inclusive com a colocação de pilhas de processo no salão do Tribunal do Júri, não havendo separação física dos feitos que tramitam sob o rito da Lei nº 9.099/95.

Na Comarca de Tomé-Açu a precariedade das instalações físicas do Fórum, acarretou prejuízo à coleta exata de dados, isso porque em razão do incêndio criminoso, muitos processos físicos se perderam e ainda não foram restaurados. Dos restaurados nota-se elevado número de procedimentos criminais que aguardam apreciação e julgamento.

Característica comum de Tucuruí e Mãe do Rio é de que são municípios prósperos, possuindo economia local fulcrada tanto na extrativismo, piscicultura, agricultura, pecuária, comércio e serviço, com população respectiva de 96.343 e 27.735, com censo 2010 IBGE, e apesar de apresentar um acervo processual com aplicação do rito sumaríssimo reduzido, consideramos que se tratam de comarcas com elevado índice de demanda reprimida, em que o cidadão se vê compelido a buscar o veio da judicialização em razão da demora na prestação jurisdicional e o elevado custo do processo, bem como as despesas com advogado.

Ponto comum a todas as comarca visitas é de que por conta da inexistência de juizado na Comarca os servidores não possuem nenhum conhecimento sobre o manuseio do processo eletrônico, PROJUDI.

No quadro a seguir, demonstramos os dados referentes à estrutura física e recursos humanos para suportar instalação de juizado especial:

COMARCA	ESTRUTURA FÍSICA	RECURSOS HUMANOS
CAPANEMA	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
BARCARENA	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
MOJU	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
TUCURUÍ	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
TAILÂNDIA	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
TOMÉ AÇU	INCÊNDIO	DADOS NÃO FORNECIDOS
VIGIA	Saturada	DADOS NÃO FORNECIDOS
CONCÓRDIA DO PARÁ	Saturada	01 Analista
IGARAPÉ MIRI	POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO	09 SERVIDORES
MÃE DO RIO	POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO	10 SERVIDORES
AURORA DO PARÁ	Saturada	02 SERVIDORES
AUGUSTO CORRÊA	Saturada	05 SERVIDORES
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO	06 SERVIDORES
CAPITÃO POÇO	Saturada	07 SERVIDORES
IRITUIA	Saturada	09 SERVIDORES
CURUÇA	Saturada	06 SERVIDORES
MARAPANIM	Saturada	08 SERVIDORES

A grande dificuldade em instalar Juizados nas Comarcas acima listadas, encontra-se primeiramente na falta de espaço físico para fixação dessa unidade judiciária de juizado, apresentando-se os Fóruns saturados com as divisões internas da Justiça Comum, exceto a Comarca de Mãe do Rio, Igarapé-Miri e São Domingos do Capim, que contam com um espaçoso Fórum, recém reformados e com espaço para expansão. Nas Comarcas de Tailândia e Tucuruí existe imóvel que pode ser adaptado para funcionamento da Vara de Juizado.

A segunda dificuldade para a criação e instalação de juizado esbarra na falta de recursos humanos, havendo contingente mínimo de servidores concursados do Poder judiciário nessas Comarcas, os quais já exercem uma severa carga horária de trabalho, não se vislumbrando como medida acertada ainda acrescer-lhes horário extraordinário para que atuem perante juizados especiais, o que entendo tornaria o serviço inadequado.

RELATÓRIO DAS VISITAS REALIZADAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS DE ABAETETUBA, BRAGANÇA, CASTANHAL, MARITUBA, SALINAS, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ, SANTA BÁRBARA E SANTA IZABEL

A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no exercício das atribuições conferidas pela Lei Estadual nº 6.459/2002, alterada pela Lei Estadual nº 6.869/2006, bem como nos termos da delegação dos poderes descritos na Portaria nº 753/2011, realizou visitas nas Comarcas da Região Metropolitana de Belém e Interior em que se encontram funcionando unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, nos meses de abril e maio de 2011.

A equipe da Coordenação era composta pelo Coordenador Geral dos Juizados Especiais, a Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e o Coordenador de Gabinete, os quais fizeram deslocamento terrestre, mediante prévia comunicação aos Juizes que respondem pelos Juizados no Interior do Estado.

A justificativa das visitas é pautada na crescente elevação da taxa de congestionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Comarcas diversas da Capital, com dados de extrapolação de prazo razoável de duração da reclamação, bem como a necessidade de verificar a estrutura física, recursos humanos, disponibilidade de sistema informatizado, padronização de rotinas, procedimentos de arquivamento, depósito judicial e sessões de conciliação.

JUIZADO ESPECIAL	FEITOS EM TRAMITAÇÃO	SISTEMA INFORMATIZADO	TAXA DE CONGESTIONAMENTO
ABAETETUBA	1.793	PROJUDI A PARTIR DE OUT/2010	47,55%
BRAGANÇA	CÍVEL: 489 CRIMINAL: 109	SAP XXI; SIJE E PROJUDI DESDE 08/2010	6,82%
CASTANHAL	CÍVEL: 1.696 CRIMINAL: 1.248	PROJUDI DESDE 07/2010 LIBRA	68,28%
MARITUBA	CÍVEL: 851 CRIMINAL: 1653		DADOS INEXISTENTES
SALINAS	1698	PROJUDI DESDE 07/2010	87,15%
SANTA IZABEL	CÍVEL: 421 CRIMINAL: 809	PROJUDI DESDE OUT/2010	DADOS INEXISTENTES
STA. BÁRBARA	1961	NENHUM	DADOS INEXISTENTES
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	CÍVEL: 220 CRIMINAL: 280	PROJUDI DESDE OUT/2010	81,79%

Da análise do quadro acima, verifica-se que os Juizados Especiais do Interior, ressalvado Bragança, não contam com sistema informatizado de catalogação de processos físicos, ensejando utilização de anotações feitas de forma precária com acentuado prejuízo sobre a veracidade dos dados fornecidos à Corregedoria de Justiça, Coordenadoria dos Juizados e CNJ.

Abaetetuba, Castanhal, Marituba, Salinas, Santa Izabel, Santa Bárbara e São Miguel do Guamá, quando dispõe de tabela Excel preparada pelos próprios servidores, não conseguem informar a tramitação dos feitos, apenas conseguem extrair a última situação lançada de próprio punho pelo servidor. E esta situação refere-se a todos os processos físicos em tramitação no Juizado correspondente.

Nos Juizados Especiais em que o Projudi encontra-se instalado, ressoa o clamor dos servidores e juizes que imploram por treinamento, relatando as angústias para utilização do sistema que se apresenta lento, com constante queda do sistema.

Sobre o cumprimento da Meta 2 fixada para 2011 pelo CNJ, destaca-se que os Juizados Especiais de Abaetetuba, Bragança, castanhal cível, Santa Izabel, Marituba e São Miguel do Guamá estão caminhando firme para o julgamento de quantidade superior de processo de conhecimento distribuído no período de janeiro a abril de 2011 e parcela do estoque. O acúmulo de serviço nos Juizados de Abaetetuba, Castanhal, Marituba, Santa Izabel e Santa Bárbara deve-se a falta de exclusividade do julgador e servidores. Já os juizados especiais criminais de Castanhal, Santa Bárbara e Salinas apresentam produtividade aquém da estabelecida na Meta 2 de 2011.

Algumas particularidades foram anotadas, chamando atenção a situação do Juizado Especial de São Miguel do Guamá, que a despeito de possuir tão somente 500 (quinhentos) procedimentos, apresenta taxa de congestionamento de 81,79%, apesar de reduzido número de julgados mensais. O índice de ingresso de reclamações é mínimo a sugerir falta de esclarecimento público sobre as ações sujeitas aos Juizados Especiais, bem como falta de orientação sobre rotinas nos juizados para que os feitos fossem logo após o trânsito em julgado arquivado, saindo, portanto do acervo processual, reduzindo assim a taxa de congestionamento.

Ainda sobre as particularidades, chamou atenção a instalação do Juizado Especial de Santa Bárbara, que não bastasse instalado em território a exigir deslocamento dos servidores de outra Comarca, com prejuízo para o início do expediente, não possui qualidade de comunicação que viabilizasse instalação de sistema informatizado.

Em Santa Izabel a situação agravante que constatamos é a de que apesar da existência de Juizado Especial na Comarca, ocorre a mistura dos processos com os da Vara Comum, não existe dependência própria para guarda dos procedimentos, sendo alocados na Secretaria Judicial da 1ª Vara de Santa Izabel, o controle processual é manual, só pela distribuição, não sendo possível saber o tramite. O protocolo e distribuição ocorrem no mesmo espaço da Justiça Comum, asseverado o caos com a realização de conciliação na própria sala de protocolo. Os computadores destinados para manipulação do processo virtual, 2 estão instalados em secretaria judicial comum e outros 2 ainda em caixa, debaixo de uma mesa, sob o justificativa de que a informática não providenciou cabeamento lógico..

Na visita ao Juizado da Comarca de Castanhal constatamos grande número de procedimentos cíveis e criminais aguardando prolação de sentença, o que se atribui a grande rotatividade de juízes. Porém, o ponto positivo do Juizado Cível é o domínio do Secretário sobre o processo virtual.

O serviço do Juizado Especial Cível de Bragança revela-se adaptado com o processo virtual, estando-se com a breve expectativa de finalização dos processos físicos que tramitam mais em fase de cumprimento de sentença. No entanto, merece ser melhor estruturado o arquivamento dos processos físico, que estão acondicionados de forma precária, sem controle de arquivamento.

JUIZADO ESPECIAL	DIAS DE SESSÃO DE CONCILIAÇÃO	AUDIÊNCIA UMA	COBRANÇA DE CUSTAS PARA O DESARQUIVAMENTO	SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL
ABAETETUBA	2 NA SEMANA	NÃO	SIM	SIM
BRAGANÇA		NÃO	SIM	SIM
CASTANHAL		NÃO	NÃO	SIM
MARITUBA		NÃO	NÃO	NÃO
SALINAS		NÃO	NÃO	NÃO
SANTA IZABEL	2 VEZ NA SEMANA	NÃO	SIM	SIM
SÃO MIGUEL DO GUAMA		NÃO	NÃO	SIM
SANTA BÁRBARÁ		NÃO	NÃO	NÃO

Dá análise do quadro acima, verifica-se que os Juizados Especiais do Interior, referente as comarcas listadas, não tem despertado para a importância da sessão de conciliação, estando estas designadas para datas esporádicas sem o acompanhamento do magistrado. No entanto, há de ser enfatizado que existem bacharéis desempenhando as funções de conciliador sem que tenham sido nomeados pela Coordenadoria e em sua totalidade, qualquer deles participou de curso de qualificação, capacitação ou atualização para o desempenho da função de conciliador.

Os dados coletados referentes a não realização de audiência una, nos feitos relativos à Lei nº 9.009/95, espelham que os

juízes não desenvolveram a filosofia proposta do microsistema dos juizados especiais, razão primeira que justifica o atraso da prestação jurisdicional no cumprimento do prazo de 100 dias fixado pelo CNJ.

Com relação a valores devidos pelo desarquivamento e depósito judicial restou constatado que o tribunal deixa de arrecadar valores de custas por falta de comunicação pelo setor competente, e que o sistema de depósito judicial não está implantado em alguns juizados.

JUIZADO ESPECIAL	ESTRUTURA FÍSICA	RECURSOS HUMANOS
ABAETETUBA	Prédio independente	01 Secretario 05 Auxiliares 05 Oficiais de justiça
BRAGANÇA	Sala do Fórum	01 Secretario 02 Auxiliares 04 Oficiais de justiça
CASTANHAL	Prédio alugado Cível e Criminal	02 Secretarios 07 Auxiliares 04 Oficiais de justiça
MARITUBA	Sala do Fórum	01 Secretario 03 Auxiliares 02 Oficiais de justiça
SALINAS	Sala do Fórum	01 Secretario 05 Auxiliares 02 Oficiais de justiça
SANTA IZABEL	Sala do Fórum	01 Secretario 04 Auxiliares 02 Oficiais de justiça
SÃO MIGUEL DO GUAMA	Sala do Fórum	01 Secretario 04 Auxiliar 02 Oficiais de justiça
STA. BÁRBARÁ	Prédio cedido	01 Secretario 04 Auxiliares 02 Oficial de justiça

As unidades dos Juizados Especiais do interior acima listados, os que se encontram funcionam em prédio próprio/alugado/cedido, apresentam dificuldade de manutenção pois não dispõem de suprimentos de fundos ordinário para serviços de manutenção e outros, como exemplo ar condicionado em Abaetetuba não funciona por falta de limpeza e goteiras no Prédio de Castanhal.

A disposição espacial dos juizados especiais do interior, excetuado Abaetetuba, não se apresenta adequada ao funcionamento e não atendem as dimensões estabelecidas no Provimento 114/2010 do CNJ.

O Juizado de Abaetetuba é o único que se encontra satisfatoriamente instalado em prédio próprio e a disposição do espaço físico atende as recomendações do Cnj. A dificuldade apresentada diz respeito à falta de suprimento de fundo para mantê-lo.

Nos Juizados de Bragança, Marituba, Salinas, Santa Izabel, São Miguel do Guamá e Santa Bárbara, não existe sala de conciliação e esta é feita na própria sala que serve para atermagem, comprometendo a confidencialidade da sessão de conciliação. Nos Juizados de Marituba, Salinas, Santa Izabel e São Miguel do Guamá, não há sala para arquivo de processos estando estes acondicionados dentro da Secretaria.

Com relação ao quadro de servidores, salvo o do Juizado de Marituba, todos os servidores são oriundos da Justiça comum, sendo remunerados como o pagamento de horas extras, num total de 2 por dia, o que compromete substancialmente o horário de funcionamento dos Juizados, bem como limita as atividades dos servidores.

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO NO JUDICIÁRIO ESTADUAL TEVE SIGNIFICATIVO AUMENTO NO NÚMERO DE ATENDIMENTOS

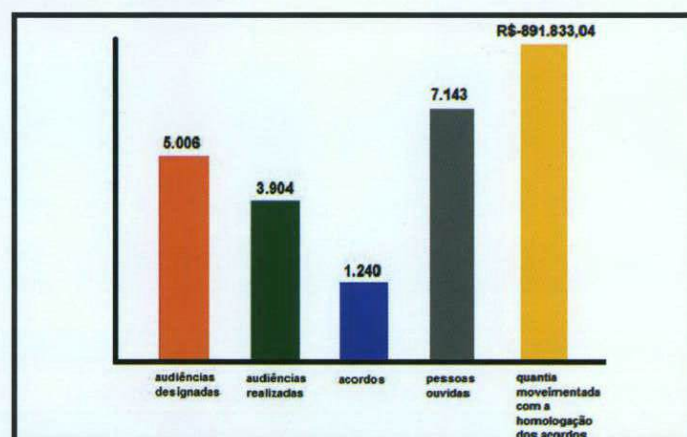
A Semana de Conciliação que se realizou no período de 28/11 a 2/12/2011 contou com a participação de 48 unidades, entre Varas e Juizados Adjuntos, sendo designadas 5.006 audiências, das quais 78% foram realizadas. Destas, obtiveram-se 1.240 acordos, todos homologados, correspondendo a movimentação da quantia de R\$ 891.833,04, sendo ouvidas 7.143 pessoas.

A Semana Nacional de Conciliação é uma campanha de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que já faz parte do calendário do Poder Judiciário. Realizada anualmente, envolve todos os Tribunais brasileiros que realizam a seleção dos processos com a possibilidade de acordo e a intimação das partes envolvidas de forma a viabilizar a solução do conflito. O principal objetivo do evento é promover a solução pacífica dos litígios por intermédio da conciliação.

As conciliações realizadas durante a semana são essencialmente as chamadas processuais, isto é, os respectivos processos já estavam em trâmite na Justiça. No entanto, também são promovidas as conciliações pré-processuais ou informais, ocorridas antes do processo ser instaurado e onde o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou Juizes de Direito.

Em média, restaram envolvidos diariamente em toda a semana mais de 866 agentes, entre Magistrados, Juizes Leigos, Conciliadores e Colaboradores, atuando diretamente nos procedimentos conciliatórios. Cada Magistrado atendeu algo em torno de 27 pessoas por dia.

O atendimento médio diário neste ano ultrapassou os 2.800. Ao final da semana, 14.197 pessoas haviam sido ouvidas, o que representou um aumento de 22,07% em relação ao ano anterior, que registrou 11.300 pessoas, e 75,56% de aumento em relação ao ano de 2009, indicando que a sociedade vem cada vez mais aderindo à iniciativa e o Poder Judiciário Estadual preparado para esse aumento de demanda.



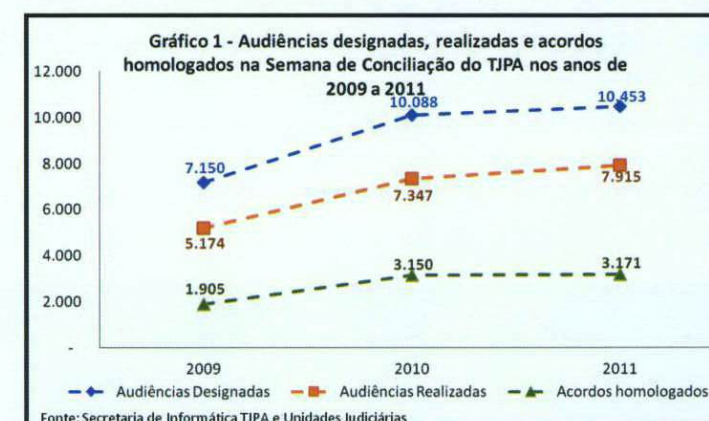
Na semana de Conciliação foram previamente designadas 10.453 audiências, das quais 76% foram efetivamente realizadas gerando 3.171 acordos. Deste modo, em 40% dessas audiências os conflitos foram pacificamente resolvidos mediante acordos devidamente homologados judicialmente (Tabela 1).

O valor total homologado ultrapassou R\$ 18,5 milhões, resultando na média de R\$ 5.839,32 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos) por acordo (tabela 1).

Tabela 1 - Semana da Conciliação 2011 - Resultados Gerais	
Audiências Designadas	10.453
Audiências Realizadas	7.915
% de Audiências Realizadas	76%
Acordos homologados	3.171
% de Acordos homologados	40%
Valor homologado (R\$)	18.516.473,47
Valor médio por acordo homologado (R\$)	5.839,32

Fonte: Secretaria de Informática TJPA e Unidades Judiciárias

O Gráfico 1 ilustra que tanto a quantidade de audiências designadas quanto as realizadas, bem como a de acordos homologados, foram superiores aos anos anteriores. O número de audiências marcadas para o evento deste ano foi 4% superior ao ano de 2010 e 46% que em 2009. Foram realizadas 8% mais audiências que o ano anterior e 53% que em 2009. Apesar da pequena diferença de acordos efetuados em relação ao ano de 2010, que chegou a 1%, o evento deste ano representou 66% de acordos homologados a mais que em 2009.



Fonte: Secretaria de Informática TJPA e Unidades Judiciárias

A Semana Nacional de Conciliação de 2011 atingiu um patamar de R\$ 18,5 milhões em acordos homologados no exercício corrente, conforme mostra o gráfico 2. Representando um montante negociado, entre as partes que tiveram seus conflitos resolvidos de 406% superior ao negociado em 2010.



Fonte: Secretaria de Informática TJPA e Unidades Judiciárias

Competência Criminal

Mais de três mil pessoas com pendência relativas à área penal participaram da Semana de conciliação. A tabela 2 mostra que foram designadas 2.700 audiências, sendo que 67% delas foram efetivamente realizadas.

Tabela 2 - Semana da Conciliação 2011 - Resultados Feitos Criminais	
Audiências Designadas	2.700
Audiências Realizadas	1.817
% de Audiências Realizadas	67%
Acordos homologados	1.096
% de Acordos homologados	60%

Fonte: Secretaria de Informática TJPA e Unidades Judiciárias

Nesta área, participaram em média 22 magistrados e 139 colaboradores por dia, que obtiveram o considerável índice de 60% de “acordos” homologados, distribuídos entre “Sentenças homologatórias de transação penal”, “Composição Civil” e “Homologação de Suspensão do Processo”.

2º Grau
Para os feitos de 2ª instância, foram designadas 112 audiências, das quais 79 foram realizadas, o que representa 71% delas. Dessas audiências, 13% resultaram em acordos homologados, que chegaram ao total de dez (tabela 3).

Tabela 3 - Semana da Conciliação 2011 - Resultados 2º Grau	
Audiências Designadas	112
Audiências Realizadas	79
% de Audiências Realizadas	71%
Acordos homologados	10
% de Acordos homologados	13%
Valor homologado (R\$)	180.300,00
Valor médio por acordo homologado (R\$)	18.030,00

Fonte: Secretaria de Informática TJPA e Unidades Judiciárias

De acordo com a tabela acima, alcançou-se no 2º grau o montante de mais de R\$180 mil, representando uma média de R\$18.030,00 por acordo homologado.

Eventos integrantes da Semana Nacional de Conciliação

As comarcas vinculadas à Corregedoria de Justiça do Interior (CJCI), além das audiências agendadas, realizaram também diversas atividades paralelas, com serviços de orientação e cidadania. A Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, participou da abertura oficial do evento na Comarca de Santarém; os juizes de direito auxiliares da CJCI, Dra. Kátia Parente Sena e Dr. Cristiano Arantes e Silva, estiveram nas Comarcas de Marabá e Tucuruí, respectivamente.

Durante a semana, ocorreram as seguintes atividades extras que integraram a Semana de Conciliação do Estado do Pará:

- Na Comarca de Santarém, no dia 01.12.2011, houve a ação de cidadania em parceria com o Núcleo de Justiça do Governo do Estado para emissão de documentos (carteira de identidade, passes livres para idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, dentro outros) e orientação gratuita com advogados voluntários. Nos dias 29 e 30.11.11, foi realizado mutirão de audiências concentradas no Abrigo Municipal para a revisão da situação de crianças abrigadas. Integrou a semana, ainda, o “Projeto Pai Presente” com audiências de reconhecimento voluntário de paternidade. No Juizado Especial Criminal ocorreu mutirão de audiências e transação penal. No último dia do evento, com a parceria da Prefeitura Municipal, SEMTRAS e Núcleo de Justiça, foi celebrado casamento comunitário de 20 casais.
- Em Abaetetuba, ocorreram palestras sobre cidadania. Em Canaã dos Carajás a entrega de títulos eleitorais.
- Na comarca de Marabá, no primeiro dia de evento, ocorreu Ação Cidadã no bairro de São Félix, zona urbana da cidade, onde foram disponibilizados serviços médicos, de orientação jurídica, além do processamento e julgamento de ações consensuais (Divórcio, retificação de Registro Civil de Nascimento e Casamento, oferta de alimentos, declaratória de paternidade, etc.), entre outros. Ainda houve a celebração de um casamento comunitário com a participação de 35 casais.



Semana da Conciliação em Marabá

O Judiciário contou com a parceria do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Prefeitura Municipal de Marabá, Fundação Zoobotânica de Marabá, Unimed-Sul do Pará, Exército, SEST/SENAT, Corpo de Bombeiros, SACI, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Ação Comunitária e do Cartório de Registros públicos.



Semana de Conciliação em Marabá

Em Parauapebas também aconteceu Ação Cidadã intitulada “Conciliar é legal – Judiciário de Parauapebas de mãos dadas com o cidadão”, no dia 02/12, no Fórum da Comarca. A programação voltou-se às demandas de conciliação das causas em trâmite ou a serem ingressadas na ocasião. Serviços foram oferecidos à população como palestras na área de saúde, educação ambiental e esclarecimentos acerca dos direitos básicos do cidadão, como forma de demonstrar a aproximação do Poder Judiciário com seu objetivo maior: o atendimento de excelência da população. As atividades foram desenvolvidas em parceria com o Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Municipal da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, Procuradoria Municipal de Parauapebas e Cartório de Registro Civil.

Na comarca de São Geraldo do Araguaia ocorreram audiências de Registro Civil e na de São Sebastião da Boa Vista foi realizada reunião no dia 28.11 com representantes de instituições públicas com a finalidade de disseminar a cultura da conciliação.

Ação cidadã também ocorreu em Tucuruí, no dia 02.12, com a emissão de documentos, tais como de identificação civil, Carteira Profissional, Alistamento Militar, Título Eleitoral, emissão de certidões, etc. Houve, ainda, ciclo de palestras, no período de 28/11 a 02/12, abordando temas como doação de sangue, prevenção da AIDS, primeiros socorros, abuso sexual, combate a drogas e outras substâncias tóxicas, alcoolismo, violência contra a mulher, vínculos familiares, família substituta, dentre outros. O judiciário, a exemplo do que aconteceu em diversas outras Comarcas, também contou com a parceira de várias instituições.



Semana da Conciliação em Tucuruí



Semana da Conciliação em Tucuruí

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO PARAENSE

O Poder Judiciário do Estado do Pará realizou em 2011, ações que repercutiram no avanço dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade paraense. A gestão implementada no último ano possibilitou, dentre outros relevantes resultados, o incremento de recursos financeiros, auxiliando na superação de barreiras de cunho geográfico-estrutural, possibilitando meios para a permanente melhoria da qualidade e celeridade na atuação institucional.

GESTÃO ESTRATÉGICA

O Poder Judiciário, comprometido com a sociedade paraense por meio de um planejamento voltado ao aperfeiçoamento da Instituição e à efetividade da prestação jurisdicional, conforme definido na Resolução nº 70/2009 do CNJ, aprovado pela Resolução nº 27/2009 do TJPA, apresentou as Metas Estratégicas do Poder Judiciário Paraense.

Com este foco, o Tribunal de Justiça do Pará esteve dedicado, no exercício vigente, a racionalizar a gestão do Judiciário, buscando o aperfeiçoamento dos procedimentos por meio de ações de modernização, que colimaram - especialmente no que diz respeito à implementação de ações para dar suporte a execução das metas que foram vivenciadas à luz da aprendizagem e da participação organizacional - a democratização e a humanização da força de trabalho do Tribunal.

Este modelo de gestão estratégica, em prática desde o exercício de 2009, promove o alinhamento de objetivos, monitora indicadores, estabelece metas e executa os projetos estratégicos, tendo como referência a missão, a análise do ambiente, os valores institucionais e a visão de futuro.

Desta forma, as diretrizes organizacionais são traduzidas em ações concretas, que estão fundadas em quatro perspectivas, quais sejam: Sociedade, com os resultados esperados pelos jurisdicionados; Gestão de Processos, com ênfase nos processos internos; Aprendizado e Crescimento, enfatizando pessoas, infraestrutura de recursos tecnológicos e humanos; e Gestão Orçamentária e Financeira.

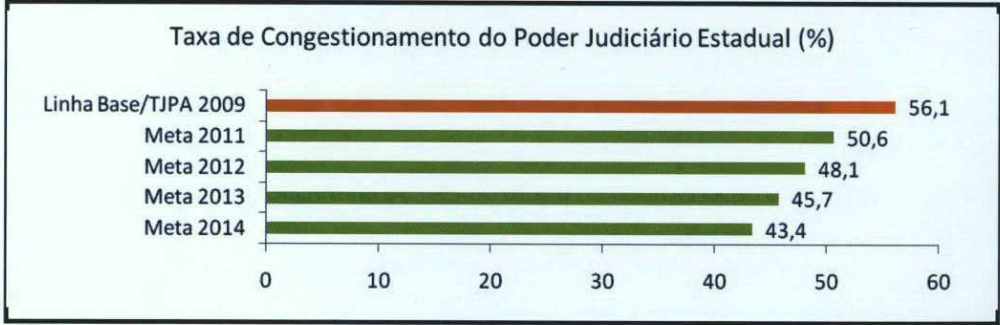
Para o horizonte temporal 2011-2012, a Administração do Tribunal priorizou 7 (sete) metas estratégicas, para as quais foram implementadas ações específicas para o atingimento dos objetivos estratégicos.

O acompanhamento deste processo foi realizado a partir da criação, por exigência do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, da Unidade de Gestão Estratégica deste Tribunal, a qual monitorou e avaliou cada projeto estratégico, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES PRIORITÁRIAS

1) Objetivo Estratégico:	Buscar a excelência na prestação jurisdicional
Meta 1:	Reduzir em 25% a taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário sendo 5% ao ano.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Padronização dos Procedimentos Judiciais	- Definição da Padronização dos Procedimentos Judiciais através de comissão instituída pela Portaria Conjunta Nº 002/2010-GP-CJRM-CCI de 03/03/2010. - Oficinas de trabalho realizadas em Belém, envolvendo todas as Comarcas do Poder Judiciário visando a padronização de rotinas da área criminal, com abordagem de quatro temas: Fase processual, Inquérito, Execução e Audiência, - Capacitação para uso dos programas LIBRA e SISPE (Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados), além de informações sobre processo penal e motivação. - Elaboração de manuais de rotinas judiciais cíveis e criminais. - Treinamento aos servidores para o uso dos manuais de rotinas judiciais cíveis e criminais, e de rotinas básicas administrativas e relações interpessoais das Comarcas de Abaetetuba, Altamira, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém, Soure, Tucuruí e Xinguara.
Projeto LIBRA	- Implantação do Sistema de Acompanhamento de Processos - LIBRA, em 17 Comarcas de 2ª Entrância (Santarém, Paragominas, Capanema, Vigia, Parauapebas, Itaituba, Igarapé-Miri, Moju, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu, Maracanã, Curuçá, Cametá, Marapanim, Mãe do Rio, Salinópolis e Viseu). - Enquadramento de 70% do acervo de processos nas tabelas unificadas de classe e assunto do CNJ.
Processo Administrativo Digital	Concluído o processo licitatório para contratação de serviços, aquisição de software e aquisição de equipamentos e materiais.
Expansão da Infraestrutura Judiciária	- Instalação de 02 (duas) Varas em Icoaraci, sendo uma criminal e outra cível, e de uma Vara em Marituba. - Implementação do cronograma de superação do déficit de recursos humanos do Poder Judiciário, com a contratação em 2011, de 178 servidores e 1 magistrado.
Juizados Especiais Digitais	Implantação do Sistema de Processo Judicial Digital - PROJUDI em 17 Juizados e Varas de Juizados Especiais em Comarcas do Interior (Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá, Muana, Redenção, São Miguel do Guamá, Santa Bárbara, Santa Izabel do Pará, Santarém, Salinópolis e Parauapebas), e em 19 Juizados Especiais e Varas dos Juizados Especiais na Região Metropolitana de Belém.

Alcance da Meta



Linha de Base (2009)	Meta 2011 Reduzir para:	Alcance 2011
56,1 %	50,6 %	65,0 %

Fonte: Sistemas de Acompanhamento Processual (SAP XXI, SAP2G, LIBRA, PROJUDI, SIGE), Unidades Judiciais dos Juizados Especiais, Turmas Recursais/TJPA.

2) Objetivo Estratégico:	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental.
Meta 2:	Reduzir em 40% o índice de custo operacional, sendo 10% a.a. nos anos de 2010, 2011, 2012 e 5% a.a. nos anos de 2013 e 2014.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Sistema de Gestão de Custos	• Composição de um grupo de trabalho para análise de requisitos e elaboração de termo de referência com especificações claras das funcionalidades e serviços pretendidos. • Implementação de mecanismos de controle interno, com a participação direta da Coordenadoria de Controle Interno, visando a otimização dos recursos financeiros.

Alcance da Meta



Linha de Base (2009)	Meta 2011 Reduzir para:	Alcance 2011
23,02%	18,65%	15,74%

Fonte: Diretoria Financeira-TJPA/SIAFEN

3) Objetivo Estratégico:	Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, instituições e setores de diferentes níveis.
Meta 3:	Aumentar de 90% para 95% o Índice de Parcerias Estratégicas, sendo 1% ao ano.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Parceiros da Justiça (desenvolver ações conjuntas com as demais instituições que integram o Sistema de Justiça.)	TJPA e Procuradoria Geral do Estado celebraram convênio de Cooperação Técnica para agilizar a liberação de precatórios através de audiências de Conciliação. (09/02/2011)
	Ação conjunta entre o TJPA e o CNJ visando agilizar a tramitação e julgamento das ações penais de caráter fundiário em tramitação no judiciário Paraense. (03/11/2011)
	Lançamento do "Pacto pela Justiça", com objetivo de proporcionar as condições capazes de mapear as questões que entravam a desejável celeridade processual. (05/04/11)
	Termo de Acordo de Cooperação entre o TJPA, TRF, TRE, TRT, Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado, Procuradoria Regional do Trabalho, OAB/PA, UFPA, CESUPA, dentre outros, para implementação e desenvolvimento da Casa de Justiça e Cidadania (07/04/11)
	Justiça Itinerante, que objetivou desenvolver atividades de atendimento aos jurisdicionados, sob a Coordenação da Coordenadoria dos Juizados Especiais e vários parceiros e órgãos públicos, que envolveu o processamento e julgamento de ações de justificação e de retificação de nascimento, óbito e casamento, além de ações consensuais de alimentos, divórcio e separação, e reconhecimento de paternidade (03/06/11)
	Projeto Ribeirinho Cidadão, "a Busca pela Inclusão Social na Terra do Meio", na comarca de Altamira, que prestou atendimento jurídico através dos Juizados de Crimes Ambientais, e prestação de serviços de cidadania à Associação dos Ribeirinhos da Localidade Moro do Anfrísio. O projeto contou com a parceria do Cartório de Registro Civil de Altamira, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Civil, Secretaria de Estado de Saúde e Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
	Realização de parceria entre TJ/Vara de Penas e Medidas Alternativas, com o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, da UFPA para recebimento de pessoas cumpridoras de penas e medidas alternativas, para realização de serviços variam desde limpeza ao auxílio administrativo. (08/06/11).
	Atendimento ao público no Projeto Casa da Justiça e Cidadania por meio dos parceiros do Judiciário Estadual,Ministério Público, PROCON, Órgãos de Proteção ao Consumidor, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará, Núcleos Jurídicos da UFPA e o CESUPA.
	Realização em 10/08/2011, de Convênio entre TJPA e Fundação Tancredo Neves, com o propósito de beneficiar o "Projeto Livro Legal, Cesta de Livro", através da criação de instrumento que faculte aos magistrados, a aplicação de sentenças condenatórias que cominem penas pecuniárias a serem revertidas à aquisição de livros para a Biblioteca Pública Arthur Vianna, Bibliotecas Públicas Municipais, Bibliotecas Comunitárias e Salas de Leitura implantadas nos Órgãos do Governo.
	Parceria firmada em 01/09/2011, entre o TJ, através da 7ª Vara de Execuções Penais de Marabá, e Órgãos como o Sistema Nacional de Emprego (SINE), SENAI, UEPA e VALE, para prover cursos como de Eletricista Predial, que visa a profissionalização de egressos com vistas à inserção no mercado de trabalho.

Alcance da Meta



Linha de Base (2009)	Meta 2011 Aumentar para:	Alcance 2011
90,0%	92,0%	94,0%

Fonte: Coordenadoria de Convênios e Contratos/ Coordenadoria de Imprensa/TJPA

Objetivo Estratégico:	Garantir o acesso do cidadão à justiça.
Meta 4:	Ampliar em 25% a prestação jurisdicional em todo o território estadual, sendo 5%a.a.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Conciliando com a Justiça (objetivando a solução de conflitos, inclusive com ações preventivas)	• Criação do Núcleo de Mediação de Conflitos (Lei Estadual nº 7.505 de 13/04/2011). • Encontro entre Analistas Judiciários do Setor Psicossocial do Núcleo de Mediação do TJPA e Defensoria Pública do Estado, objetivando criar parcerias com Defensores em sessões de mediação de conflitos. • Participação em Brasília de Técnicos do Núcleo de Mediação do TJPA, no curso de formação de instrutores em Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos. • Realização da Semana da Conciliação no período de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2011, com 10.453 audiências designadas, tendo sido realizadas 76%, as quais 40% culminaram em acordos homologados, equivalente a 3.171 processos.

Alcance da Meta



Linha de Base (2009)	Meta 2011 Aumentar para:	Alcance 2011
269.048 Pessoas	294.144 Pessoas	305.698 Pessoas

Fonte: Sistemas de Acompanhamento Processual (SAP XXI, SAP2G, LIBRA, PROJUDI, SIGE), Unidades Judiciais dos Juizados Especiais, Turmas Recursais/TJPA.

Objetivo Estratégico:	Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais
Meta 5:	Aumento em 50% de resolutividade das ações de conflitos fundiários, sendo 10% ao ano.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Criação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários.	• (articulação de ações de prevenção e solução nas disputas que envolvam a posse da terra, através da conciliação e mediação) • Lançamento do Projeto "Esforço Concentrado nas Ações Penais Decorrentes de Conflito Fundiário", que envolvem as seguintes sanções: • relacionar os processos oriundos de ações penais originárias de conflito no campo, de modo a atualizar o rol de procedimentos pelo TJE; • adotar providências eficazes para o cumprimento das determinações judiciais lançadas nos respectivos procedimentos; • realizar audiências de instrução e julgamento das ações penais destacadas como decorrente de conflito no campo, sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri dos referidos procedimentos e prolação de sentenças.

Alcance da Meta

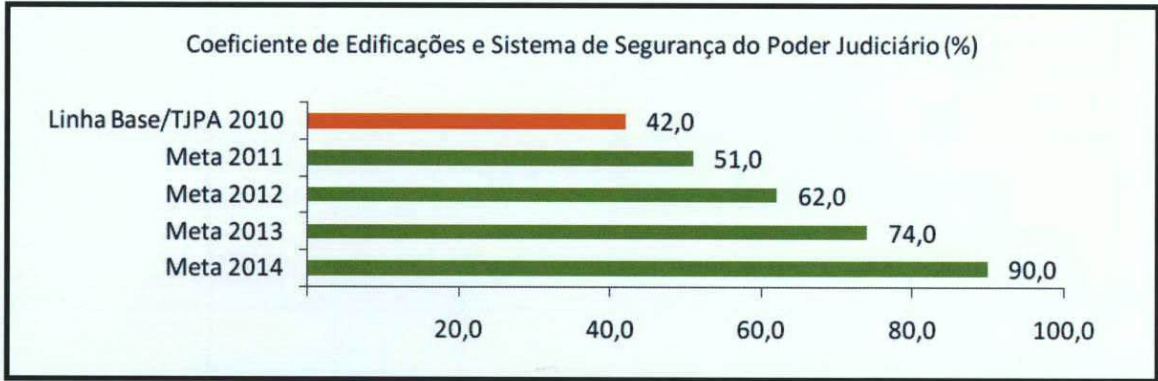


Linha de Base (2009)	Meta 2011 Aumentar para:	Alcance 2011
42,7%	47,0%	71,0%

Fonte: Sistemas de Acompanhamento Processual (SAPXXI, LIBRA)/TJPA.

Objetivo Estratégico:	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.
Meta 6:	Intervir em 90% dos imóveis até 2014.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Padronização das Edificações/Programa de Segurança	• Instalação de alarmes com sensor de presença em 131 unidades em Comarcas/Fóruns, Juizados Especiais e Termos Judiciários. • Realização de processo licitatório para as reformas de muros e instalação de cerca concertina em 52 unidades judiciais Comarcas, das 127 previstas. • Instalação de 16 postos de vigilância armada em prédios integrantes do patrimônio do Poder Judiciário. • Instalação de 12 unidades de CFTV. • Instalação de 02 (duas) portas giratórias com detector de metal e previsão de mais 22 (vinte e duas) para o início de 2012. • Recolhimento, até novembro/2011, de 3.219 armas de fogo dos Fóruns das Comarcas do Estado. • Padronização dos prédios dos Juizados Especiais, com a elaboração, no exercício de 2011, de 05 projetos de adequação da infraestrutura física. • Padronização dos prédios dos Fóruns das Comarcas do Interior, através da elaboração de 09 (nove) projetos de adequação da infraestrutura física.

Alcance da Meta



Linha de Base (2010)	Meta 2011 Aumentar para:	Alcance 2011
42,0%	51,0%	52,5%

Fonte: DEAM/Depto. de Patrimônio e Serviço/TJPA

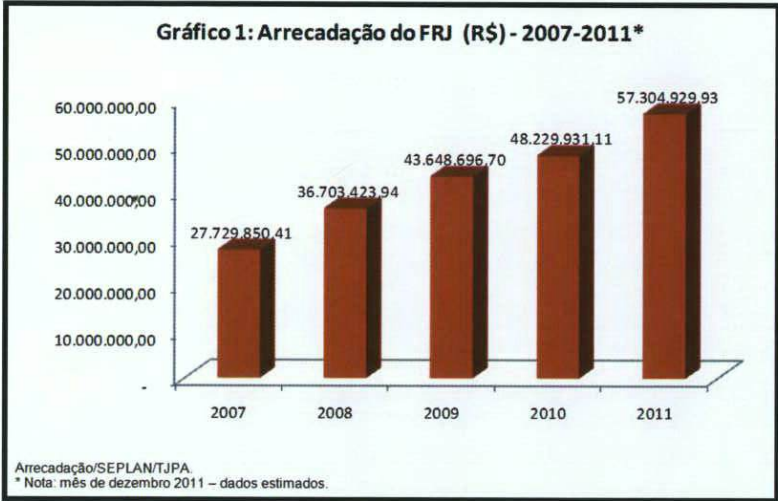
Objetivo Estratégico:	Aprimorar a comunicação com o público externo.
Meta 7:	Aumentar em 10% o número de inserções institucionais na mídia, sendo 2% a.a.
Projetos Estratégicos	Fases Executadas
Rádio e TV Justiça (difundir as notícias das ações, programas e políticas do Judiciário paraense, com ênfase na divulgação dos direitos e garantias constitucionais)	• Realização de estudo e avaliação de viabilidade do Projeto, sob a coordenação da Comissão de Criação, Implementação e Estruturação da Rádio Justiça e TV Justiça do TJPA, designada pela Presidência através da Portaria nº3005/ 2011-GP.

GESTÃO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO EM 2011

A Secretária de Planejamento, Coordenação e finanças, através da Coordenadoria de Arrecadação, registra no exercício de 2011 um considerável crescimento nos recursos arrecadados em favor do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário- FRJ, superando os índices alcançados em exercícios anteriores.

No cômputo geral das fontes de receitas do FRJ, foi apurado um incremento correspondente a 18,82% em relação ao exercício de 2010, destacando-se neste percentual a receita advinda da Taxa de Fiscalização, cujo crescimento alcançou 43,83%, resultante, dentre outras medidas, da intensificação da fiscalização, informatização do envio da prestação de contas e do aprimoramento das ferramentas de controle dos atos praticados. (Gráfico 1)

Os esforços empreendidos permitiram resultados que superaram a meta anual de 11% estabelecida no Planejamento Estratégico para a arrecadação do FRJ no exercício de 2011.



Fonte: Coordenadoria Geral de Arrecadação/SEPLAN/TJPA.
* Nota: mês de dezembro 2011 – dados estimados.

- Dentre as ações que contribuíram para o significativo aumento da arrecadação, destaca-se:
- Instalação da Unidade de Arrecadação Judicial da Comarca de Xinguara, sede da 12ª Região Judiciária;
 - Treinamento sobre os procedimentos de arrecadação das custas judiciais aos servidores diretamente envolvidos com a emissão de custas, lotados nas Comarcas de Altamira, Salinópolis, Rondon do Pará, Santo Antonio do Tauá, Xinguara, Aurora do Pará, Novo Progresso, Termos judiciais de Aveiro e Distrito de Mosqueiro;
 - Fiscalização dos procedimentos de recolhimento das custas judiciais em 27 Comarcas, simultaneamente às Correções Ordinárias e Extraordinárias das Corregedorias de Justiça;
 - Instalação e treinamento do Módulo Arrecadação do Sistema LIBRA em 17 Comarcas: Santarém, Capanema, Paragominas, Vigia, Parauapebas, Itaituba, Igarapé-Miri, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu, Maracanã, Moju, Curuçá, Cametá, Marapanim e Mãe do Rio, Salinópolis e Viseu, o que possibilitou o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento da arrecadação, através do acompanhamento dos processos que geram custas;
 - Atuação do Serviço de Fiscalização Judicial através de visitas técnicas nas 10 Varas Cíveis da Comarca de Ananindeua e nas 02 Varas da Comarca de Marituba, totalizando 12 Varas, com o intuito de verificar “in loco” os fatores que influenciam no desempenho da arrecadação destas Comarcas;
 - Informatização do envio da prestação de contas dos atos notariais e registrais de 39 serventias;

• Fiscalização “in loco” de 54 cartórios durante as Correções Ordinárias e Extraordinárias das Corregedorias de Justiça, o que permitiu o confronto dos atos declarados na prestação de contas ao Tribunal com a lavratura dos atos nos livros, resultando na cobrança e efetivo recolhimento de R\$ 349.064,80 (trezentos e quarenta e nove mil reais, sessenta e quatro reais e oitenta centavos);

IMPLANTAÇÃO DO FUNDO DE REGISTRO CIVIL

Historicamente, o Pará constitui-se uma das unidades da Federação com maior índice de sub-registro no país, entendido como a ausência de registro de nascimento de crianças até os seus 45 dias iniciais de vida.

Objetivando combater a referida estatística, e em atendimento ao art. 8º, da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006, o Fundo de Registro Civil – FRC, regulamentado pelo Decreto nº 1.492/2009, cuja finalidade é prover a gratuidade dos atos praticados pelos Registradores Cíveis de Pessoas Naturais, através do recolhimento da Taxa de Custeio de 2,5% sobre os atos praticados pelos titulares dos serviços notariais e registrais.

O Fundo em referência é de suma importância para o Estado do Pará, na medida em que fomentando o registro de nascimento, e por consequência, garantindo cidadania às crianças paraenses, se assegura o repasse de recursos para o financiamento da sua educação, saúde e assistência social, auxiliando, simultaneamente, no desenvolvimento da população e do próprio Estado, na forma dos fundamentos e objetivos insculpidos na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, em março de 2011 o Tribunal de Justiça, em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, implementou efetivamente o Fundo de Registro Civil, buscando garantir a sustentabilidade do registro civil gratuito, ao mesmo tempo em que contribuirá significativamente e em curto prazo de tempo, para a redução gradativa do sub-registro em nosso Estado.

Durante o exercício de 2011, no interstício dos meses de março a novembro, foi repassada à Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, a quantia de R\$ 2.037.607,83 (dois milhões, trinta e sete mil, seiscentos e sete reais e oitenta e três centavos), cabendo a esta efetuar o ressarcimento aos Cartórios de Registro Civil, dos atos gratuitos comprovadamente praticados, sendo que do valor total repassado, R\$ 203.760,77 (duzentos e três mil, setecentos e sessenta reais e setenta e sete centavos), foram destinados à informatização de 103 Cartórios que ainda não possuíam computadores no desempenho do serviço público delegado, do universo de 273 serventias que exercem atividades de registro civil no Estado.

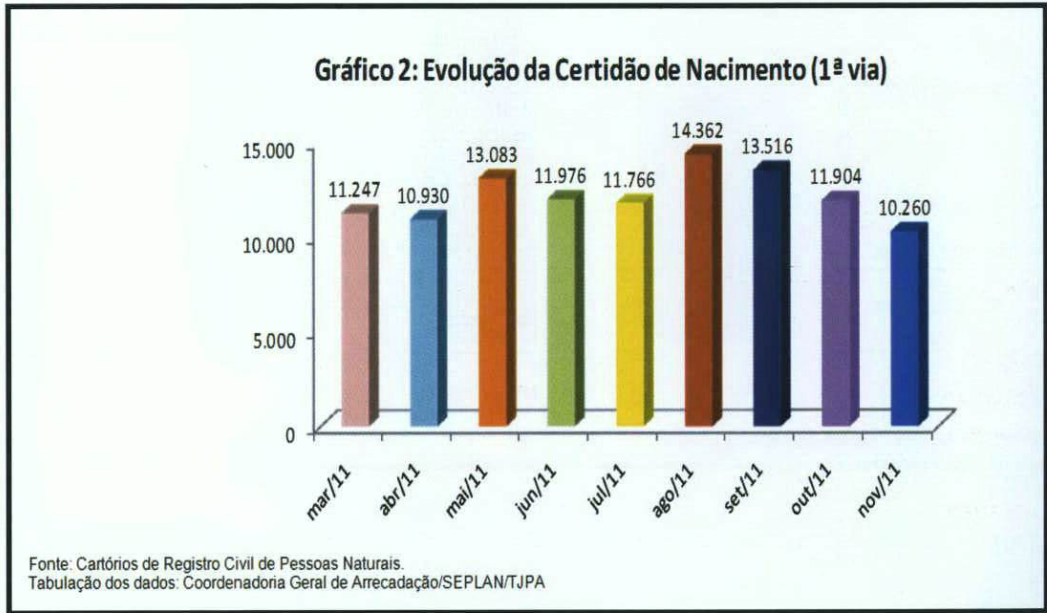
No período informado, foi garantido o ressarcimento de 128.775 (cento e vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco) atos gratuitos de certidão de nascimento e óbito, dos quais 109.044 são atinentes a nascimento, bem como de 641 atos correspondentes às segundas vias de certidão de nascimento, expedidas gratuitamente durante as ações itinerantes promovidas pelo Programa “Pró-Paz Cidadania”, do Governo do Estado, conforme se vislumbra do Quadro demonstrativo dos atos gratuitos, seguinte. (Tabela 1.) (Gráfico 2.)

Cotejando o número de atos gratuitos ressarcidos em 2011, com a estatística de nascimento no Estado do Pará no ano de 2010, que registrou 146.697 nascidos vivos, conclui-se que em curto lapso temporal o sub-registro será superado, quiçá erradicado, o que demonstra um efetivo êxito da política pública implementada pelo Poder Judiciário em conjunto com o Poder Executivo.

Tabela 1: Atos Gratuitos Ressarcidos

Mês	C. Óbito 1ª via	C. Nascimento 1ª via	Total
mar/11	2.302	11.247	13.549
abr/11	2.128	10.930	13.058
mai/11	2.430	13.083	15.513
jun/11	2.290	11.976	14.266
jul/11	2.119	11.766	13.885
ago/11	2.361	14.362	16.723
set/11	2.172	13.516	15.688
out/11	2.146	11.904	14.050
nov/11	1.783	10.260	12.043
Total	19.731	109.044	128.775

Fonte: Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.
Tabulação dos dados: Coordenadoria Geral de Arrecadação/SEPLAN/TJPA



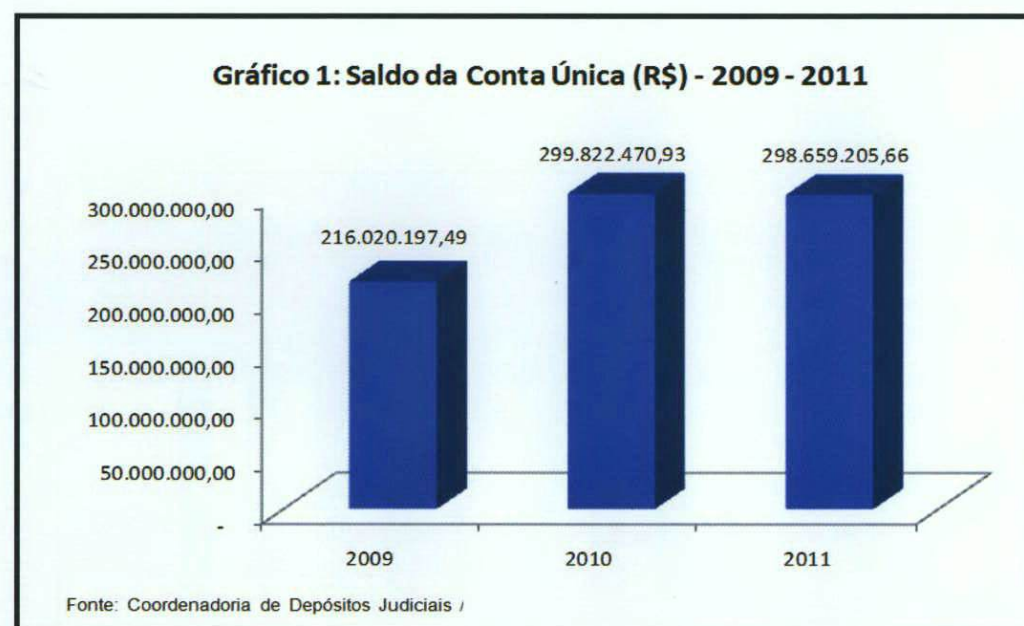
Fonte: Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.
Tabulação dos dados: Coordenadoria Geral de Arrecadação/SEPLAN/TJPA

GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

No decorrer do exercício de 2011, foram desenvolvidas ações voltadas à consolidação dos mecanismos de gestão dos depósitos judiciais, estabelecidos pela Lei nº 6.750/2005, que instituiu o Sistema de Conta Única de Depósitos Judicial no âmbito do Poder Judiciário Estadual, atualmente em 99% das Comarcas e em todos os Juizados Especiais.

Merece destaque os esforços empreendidos pela Gestão atual, voltados à captação dos recursos originados dos depósitos judiciais remanescentes em outras instituições financeiras oficiais que não o BANPARÁ, possibilitando significativa transferência de numerário à Conta Única de Depósitos Judiciais, nos montantes de R\$ 13.162.611,55 (treze milhões, cento e sessenta e dois mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos) oriundos do Banco do Brasil S/A, e de R\$ 165.162,97 (cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos) do Banco da Amazônia S/A – BASA.

O volume de depósitos judiciais em estoque que em 2010 foi de R\$ 299.822.470,93 (duzentos e noventa e nove milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e três centavos), no ano de 2011 permaneceu em idênticos patamares, haja vista que até a data de 20 de dezembro, contabilizou o volume total de R\$ 298.659.205,66 (duzentos e noventa e oito milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos e cinco reais e sessenta e seis centavos) na Conta Única. (Gráfico 1)



Fonte: Coordenadoria de Depósitos Judiciais / SEPLAN/ TJPA

O controle na gestão dos depósitos judiciais no âmbito da Justiça Estadual evidencia que embora a taxa média anual de remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, tenha evoluído de 2010 para 2011 na ordem de 22,40%, aproximadamente, o crescimento do Spread Bancário foi proporcionalmente bem maior, alcançando o índice de 73,90%, em decorrência da relativa manutenção de numerário no estoque da Conta Única de Depósitos Judiciais, garantindo uma remuneração anual recorde de R\$ 10.481.390,92 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa reais e noventa e dois centavos). (Gráfico 2)



Fonte: Coordenadoria de Depósitos Judiciais / SEPLAN/ TJPA